



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS: ESTUDOS LINGUÍSTICOS

RAYSSA RODRIGUES DA SILVA

**TERMOS DE PARENTESCO EM APURINÃ E EM PAUMARI: CONTATOS
LINGUÍSTICOS NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE LÁBREA – AM**

BELÉM – PA

2019

RAYSSA RODRIGUES DA SILVA

**TERMOS DE PARENTESCO EM APURINÃ E EM PAUMARI: CONTATOS
LINGUÍSTICOS NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE LÁBREA – AM**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Estudos Linguístico da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, sob a orientação do Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes.

Belém – PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S586t SILVA, RAYSSA
TERMOS DE PARENTESCO EM APURINÃ E EM
PAUMARI : CONTATOS LINGUÍSTICOS NA REGIÃO DO
MUNICÍPIO DE LÁBREA – AM / RAYSSA SILVA. — 2019.
90 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Sidney Facundes
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras,
Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2019.

1. Terminologia de Parentesco. 2. Apurinã. 3. Paumari. 4.
Aruák. 5. Aruá. I. Título.

CDD 498.0981

RAYSSA RODRIGUES DA SILVA

**TERMOS DE PARENTESCO EM APURINÃ E EM PAUMARI: CONTATOS
LINGUÍSTICOS NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE LÁBREA – AM**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, sob a orientação do Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes

Avaliador(a): Prof^a Dr^a Marília Fernanda Pereira de Freitas

Avaliador(a): Prof^a Dr^a Ana Carla dos Santos Bruno

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e aos meus guias espirituais, por me conduzirem sempre e pelo amparo em todos os momentos difíceis.

Agradeço muitíssimo à minha família pelo incansável apoio. Ao meu pai Manoel, à minha tia Neném, e à minha avó Teca, que sempre me incentivaram e torceram pelo meu sucesso acadêmico, profissional e pessoal.

Ao meu tio Tiago, pelo imenso amor e carinho que me deu desde o momento em que eu nasci, por me dar apoio sempre que preciso. À minha mãe/vó Nazi, pelo amor, por sempre zelar por mim, por ser o meu maior exemplo de força e perseverança. Aos meus irmãos, Renan, René e Emanuely, por simplesmente existirem em minha vida e serem as pessoas que eu mais amo. Agradeço de modo especial à minha mãe Renata, por me incentivar em todas as minhas decisões, por ter me apresentado ao universo do curso de Letras, por ser minha melhor amiga e pela fé que sempre depositou em mim. Apesar das tempestades que enfrentamos juntas, sem você, minha mãe, não teria chegado nem na metade desta caminhada.

Aos meus amigos que me acompanham desde a graduação Pedro e Jeniffer, pelas alegrias e aflições compartilhadas. À Jeniffer por todas as vezes que me socorreu e pelas conversas agradáveis na sala 32. Ao meu amigo Pedro, que se tornou um irmão mais velho para mim, obrigado pelo amor e cuidado, espero levar sua amizade para a minha vida toda.

Agradeço de forma carinhosa ao meu orientador Sidi Facundes, que não só me orientou como também se tornou um amigo, obrigada pela paciência, por me apresentar a sua pesquisa fantástica e por ter me dado a oportunidade de conhecer os Apurinã e os Paumari.

Quero também agradecer as minhas amigas de pesquisa: Marília, Bruna, Patrícia “Brilhosa”, Jeanne e Camille, por dividirem comigo momentos inesquecíveis dentro e fora da pesquisa. Sem esquecer dos membros mais novos: Manu, Athos, Alice e Cínthia. Sou muito grata a vocês.

Agradeço ao CIMI - Conselho indigenista Missionário, pelo apoio e pela estadia durante a viagem de campo. Ao Hoadson e à Ione, por terem me recebido tão bem durante minhas viagens de campo, pela amizade, pelas conversas e momentos de alegria.

Sou muito grata aos Apurinã e aos Paumari, por compartilharem comigo sua língua e cultura, por me concederem todas as entrevistas de que necessitei e principalmente pelas lições de vida. Agradeço à cacique Nair Apurinã e ao seu filho Francisco, por terem me acolhido tão

carinhosamente em sua comunidade e por terem sido colaboradores fundamentais para este trabalho. Ao Norá, que tem sido colaborador fundamental para as pesquisas acerca da língua Apurinã há muitos anos. Aos Apurinã moradores da comunidade do Acimã, em especial, à Sandra, à Dalzira, à Cilene e ao cacique “Manoelzão”. Agradeço também aos professores Paumari Joel, Edilson e Seu “Falcão” pelas entrevistas e pela paciência em relação aos esclarecimentos sobre a língua.

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o exame da terminologia de parentesco na língua Apurinã (Aruák), e a comparação desta com o sistema e a terminologia de parentesco na língua Paumari (Aruá), com o intuito de verificar o que ambos os sistemas e terminologias revelam acerca do contato linguístico na região do município de Lábrea-AM. Esta investigação também se dará por meio de uma breve comparação dos objetos de estudo com outras línguas faladas na mesma região. Ao longo do trabalho, apresentaremos os itens lexicais que compõem ambas as terminologias; que, em Apurinã, corresponde ao modelo de parentesco Iroquês, enquanto em Paumari, é semelhante ao padrão de terminologia dravidiana proposto por Dumont (1983). Discutiremos, também, a respeito da relação dos termos com o sistema de parentesco destes povos, e demonstraremos as características morfológicas deste grupo semântico. Para a realização desta pesquisa, revisitamos trabalhos antropológicos (não há trabalhos feitos por linguistas) anteriores sobre o povo Paumari, tais como Bonilla (2007) e Florido (2008); e trabalhos linguísticos Facundes (2000) e Freitas (2017), e antropológicos Schiel (2004) acerca do povo e da língua Apurinã; também utilizamos os instrumentos teórico-metodológicos da linguística descritiva, da antropologia linguística (Durantti 1977; Foley, 1997) e da antropologia (Lévi-Strauss, 1982; Ghasarian, 1999). O *corpus* foi coletado durante pesquisa de campo realizada pela própria autora.

Palavras-Chave: Terminologia de Parentesco; Apurinã; Paumari; Aruák, Aruá.

ABSTRACT

The present work has as objective the examination of the kinship terminology in the Apurinã (Aruák) language, and its comparison with the kinship system and terminology in the Paumari (Aruá) language, in order to verify what both systems and terminologies reveal about linguistic contact in the region of Lábrea-AM. This investigation will also occur through a brief comparison of the study objects with other languages spoken in the same region. Throughout the paper, we will present the lexical items that compose both terminologies; which in Apurinã corresponds to the Iroquois kinship model, while in Paumari it is similar to the Dravidian terminology pattern proposed by Dumont (1983). We will also discuss the correlation of terms to the kinship system of these peoples, and demonstrate the morphological characteristics of this semantic group. To carry out this research, we revisited previous anthropological works (there are no works by linguists) on the Paumari people, such as Bonilla (2007) and Florido (2008); linguistic works, such as Facundes (2000) and Freitas (2017), and anthropological works like Schiel (2004) on the Apurinã people and their language; we also use the theoretical-methodological tools of descriptive linguistics, anthropological linguistics (Durantti 1977; Foley 1997) and anthropology (Lévi-Strauss 1982; Ghasarian 1999). The corpus was collected during field research conducted by the author herself.

Keywords: Kinship Terminology; Kinship System; Contact; Apurinã; Paumari.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|----------|--------------------------------------|
| 1 SG | 1ª Pessoa do singular |
| 2 SG | 2ª Pessoa do singular |
| F | Feminino |
| M | Masculino |
| N. POSSD | Não Possuído |
| POSSD | Possuído |
| F | Father |
| M | Mother |
| FZ | Father sister (irmã do pai de ego) |
| FB | Father brother (irmão do pai de ego) |
| MZ | Mother sister (irmã da mãe) |
| MB | Mother brother (irmão da mãe) |

LISTA DE QUADROS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 01: Termos Referenciais – Parentesco Biológico. | 46 |
| Quadro 02: Termos Referenciais – Parentesco Afim | 46 |
| Quadro 03: Termos de Tratamento/Vocativos | 47 |
| Quadro 04: Instâncias de deslocamentos familiares | 55 |
| Quadro 05: Termos de Parentesco em Paumari – Referenciais..... | 66 |
| Quadro 06: Termos de Parentesco em Paumari – Termos de Tratamento/ Vocativos. | 67 |
| Quadro 07: Alguns Termos de Parentesco nas Línguas Apurinã e Paresi. | 77 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 01: Árvore Genealógica e suas Gerações..... | 24 |
| Figura 02: Modelo de Parentesco Havaiano..... | 26 |
| Figura 03: Modelo de Parentesco Esquimó..... | 27 |
| Figura 04: Modelo de Parentesco Sudanês..... | 27 |
| Figura 05: Modelo de Parentesco Crow..... | 28 |
| Figura 06: Modelo de Parentesco Omaha..... | 29 |
| Figura 07: Modelo de Parentesco Iroquês..... | 30 |
| Figura 08: Mapa de Localização das Terras Indígenas Apurinã..... | 36 |
| Figura 09: Exemplo de árvore genealógica de um colaborador Apurinã..... | 40 |
| Figura 10: Termos de Parentesco Apurinã no Modelo Iroquês..... | 48 |
| Figura 11: Base Geral das Terras Indígenas Apurinã..... | 56 |
| Figura 12:Localização das Terras Indígenas Paumari..... | 59 |
| Figura 13: Línguas da Família Linguística Aruá – Proposta de Dienst (2008)..... | 61 |
| Figura 14: Afixos pronominais que ocorrem com nomes inalienáveis..... | 69 |
| Figura 15: Afixos pronominais que ocorrem com nomes alienáveis..... | 70 |
| Figura 16: Descendentes da Prima Paralela..... | 74 |

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| METODOLOGIA..... | 15 |
| CAPÍTULO I: APORTES TEÓRICOS..... | 17 |
| 1.1. A antropologia Linguística | 17 |
| 1.2. Estudo do Parentesco | 18 |
| 1.2.1. Consanguinidade e Afinidade | 21 |
| 1.2.2. Filiação..... | 21 |
| 1.3. Genealogia..... | 23 |
| 1.4. Modelos de Terminologia de Parentesco | 25 |
| 1.5. O Estudo do Parentesco nas Sociedades Indígenas: um breve panorama | 32 |
| | |
| CAPÍTULO II: TERMINOLOGIA E ORGANIZAÇÃO PARENTAL APURINÃ | 35 |
| 2.1. Considerações sobre o Povo e a Língua Apurinã | 35 |
| 2.1.1. Localização e Aspectos Socioculturais..... | 35 |
| 2.1.2. A língua Apurinã e a filiação genética: A família linguística Aruák..... | 37 |
| 2.2. O sistema de Parentesco Apurinã..... | 39 |
| 2.2.1. As metades <i>Xiwapuryryry</i> e <i>Mëetymanety</i> | 39 |
| 2.2.2. As comunidades e os clãs Apurinã | 42 |
| 2. 3. Termos de Parentesco em Apurinã | 44 |
| 2.3.1. Terminologia de Parentesco Apurinã | 44 |
| 2.3.2. Morfologia dos Termos de Parentesco em Apurinã | 50 |
| 2.4. A influência de questões ligadas ao Parentesco nos Movimentos Migratórios Apurinã: algumas reflexões | 53 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| CAPÍTULO III: TERMINOLOGIA E ORGANIZAÇÃO PARENTAL PAUMARI | 58 |
| 3.1. Considerações sobre o Povo e a Língua Paumari | 58 |
| 3.1.1. Localização e Aspectos Socioculturais | 58 |
| 3.1.2. A língua Paumari e a filiação genética: A família linguística Aruá | 60 |
| 3.2. O Sistema de Parentesco Paumari..... | 62 |
| 3.3. Termos de Parentesco em Paumari | 64 |
| 3.3.1. Aspectos Morfológicos dos Termos de Parentesco em Paumari..... | 68 |
| | |
| CAPÍTULO IV: SISTEMA E TERMOS DE PARENTESCO EM PAUMARI E EM APURINÃ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA | 72 |
| 4.1. Os Sistemas de Parentesco Apurinã X Paumari..... | 72 |
| 4.2. Os Termos de Parentesco..... | 74 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 78 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA | 80 |
| ANEXOS | 83 |
| ANEXO A..... | 84 |
| ANEXO B..... | 87 |

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, descreveremos sistematicamente o funcionamento da terminologia e do sistema de parentesco na língua Apurinã e analisaremos, preliminarmente, os mesmos domínios na língua Paumari para fins comparativos. Considerando o intenso contato histórico e interação entre tais povos, pretendemos determinar se há algum reflexo deste contato no sistema e na terminologia de parentesco em ambas as línguas.

Apresentaremos, nesta dissertação, os itens lexicais que compõem a terminologia de parentesco em ambas as línguas e verificaremos os fatores socioculturais relacionados à terminologia de parentesco. Em seguida, analisaremos aspectos morfológicos desse grupo semântico. Do mesmo modo, faremos algumas considerações a respeito de correspondências e diferenças entre a terminologia e os sistemas de parentesco Apurinã e Paumari. E, finalmente, compararemos o funcionamento de tais aspectos linguísticos e culturais nas línguas Apurinã e Paumari.

No entanto, ressaltamos que não foi possível dar o mesmo status de descrição do sistema e da terminologia de parentesco Apurinã à descrição desses fenômenos em Paumari, uma vez que há um sistemático trabalho de descrição da língua Apurinã, feito por Facundes (2000), e uma quantidade significativa de outros estudos linguísticos e antropológicos, enquanto que não há uma descrição da língua Paumari realizada por linguistas e existem poucos trabalhos de natureza antropológica elucidando acerca do funcionamento dessa sociedade. Portanto, dada a complexidade do estudo do parentesco e sua terminologia, o exame deste fenômeno em Paumari, neste trabalho, é ainda preliminar.

Embora as línguas selecionadas para o presente estudo sejam de famílias linguísticas distintas, optamos por trabalhar com elas porque a autora do presente trabalho já havia iniciado uma descrição preliminar dos termos de parentesco em Apurinã e, posteriormente, houve o interesse da comunidade Paumari para que se iniciasse um estudo com sua língua materna. Além disso, julgamos que um estudo de natureza comparativa entre ambos os povos seria relevante, uma vez que os Apurinã e os Paumari vivem próximos, no rio Purus, e possuem um intenso histórico de interação, o que pode resultar em uma maior possibilidade de esses povos terem influência de contato entre si.

Para isso, elegemos o estudo do parentesco em virtude da importância dessa investigação para o conhecimento sobre as sociedades tradicionais, uma vez que se trata de um princípio universal de extremo valor social, principalmente para tais povos. O sistema de parentesco, segundo Ghasarian (1999), é o maior princípio que regula a vida social de um povo, pois nos permite compreender as sociedades em suas dimensões mais específicas, particulares. Conhecer o sistema de parentesco de uma sociedade tradicional pode auxiliar na compreensão de sua organização em aldeias, nas hierarquias nas trocas econômicas e nas relações de cooperação, por exemplo.

Para a realização deste estudo, além da observação em campo do funcionamento da sociedade, o pesquisador deve analisar o funcionamento da terminologia de parentesco, já que há a possibilidade de esta apresentar estreitas relações com a organização do sistema. Consoante a Ghasarian (1999), a terminologia de parentesco pode esclarecer as estruturas das relações sociais e estabelecer diferentes tipos de relação, sejam de respeito ou familiaridade, ou mesmo de hostilidade ou evitação, relacionando-se também com as prescrições e proibições de casamento. Segundo o autor, a criança, ao assimilar os termos de parentesco de sua língua, aprende também como portar-se adequadamente com cada parente a quem os termos se aplicam; portanto, o exame dessa terminologia constitui um dos pilares para a compreensão do sistema de parentesco de uma determinada comunidade.

Dada a importância desse conhecimento para as investigações acerca da língua e da cultura de tais sociedades, justificamos a relevância desta pesquisa em virtude da carência de um trabalho sistemático acerca desse fenômeno, daí a necessidade da realização do presente trabalho.

Os termos de parentesco Apurinã foram inicialmente estudados por Silva (2017), no entanto, a pesquisa não aprofundou a investigação acerca desse fenômeno, principalmente no que se refere à relação entre os termos de parentesco e a organização social, e à quantidade de comunidades visitadas para a coleta de dados. Quanto à língua Paumari, há uma breve análise em Florido (2008), com base nos dados de Odmarck & Rachel (1985[1986]), coletados em 1974 com os Paumari habitantes do lago do Marahã, contudo, o estudo não foi sistemático acerca da terminologia e do sistema de parentesco na língua, além de carecer de atualização, haja vista serem dados antigos, não refletindo inteiramente a realidade atual da língua Paumari.

Ademais, não há um estudo linguístico sistemático voltado para a investigação acerca das influências de contato entre quaisquer línguas nos arredores de Lábrea-AM, especificamente no que tange ao parentesco, o que seria uma contribuição para os estudos de tais línguas e sociedades locais.

Além da ausência de um estudo sistemático das terminologias de parentesco Apurinã e Paumari, o trabalho também se justifica em virtude do contexto no qual as línguas estão inseridas, em que muitos aspectos da cultura, organização social e da língua estão sendo gradativamente perdidos e substituídos pela cultura dos “brancos”. Investigar a terminologia de parentesco constitui um instrumento fundamental para conhecermos tais sociedades, suas respectivas histórias e culturas, uma vez que há a possibilidade de os termos de parentesco revelarem importantes questões a respeito das relações sociais de um determinado grupo. Daí a necessidade e relevância da realização do presente estudo.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizamos os instrumentos metodológicos da linguística descritiva e da antropologia (SCHUSKY, 1965; LÉVI-STRAUSS, 1982; GHASARIAN, 1999; RADCLIFE-BROWN, 1952; HÉRITIER, 1982) e da linguística antropológica (FOLEY, 1997). Concomitantemente, fizemos uso de leituras específicas sobre o povo e a língua Apurinã (FACUNDES, 2000; SCHIEL, 2002; FREITAS, 2017; SILVA, 2017) e a respeito do povo e da língua Paumari (CHAPMAN e SALZER, 1991; BONILLA, 2015; FLORIDO, 2008).

Para a constituição do corpus, consultamos textos contidos em outros trabalhos sobre a língua Apurinã; revisitamos os termos de parentesco em Apurinã presentes no programa FLEx (Fieldworks Language Explorer), programa utilizado na documentação da língua, e também aqueles contidos no Trabalho de Conclusão de Curso da autora da presente pesquisa, além de coletarmos dados de Apurinã e Paumari em pesquisas de campo, realizadas em duas viagens em 2019 ao município de Lábrea, nas quais tivemos a oportunidade de coletar dados com falantes de ambas as etnias, oriundos de diferentes comunidades da região.

Para esta pesquisa fizemos duas viagens de campo em 2019: a) A primeira viagem foi realizada no dia 13 de janeiro ao dia 02 de fevereiro, na qual coletamos dados com falantes das línguas Paumari e Apurinã moradores do município de Lábrea-AM; b) a segunda e última viagem ocorreu no período de 20 de agosto ao dia 13 de setembro, na qual tivemos a oportunidade de realizarmos a coleta de dados na comunidade Apurinã do Acimã, onde ficamos 8 dias e, também, coletamos dados no município de Lábrea, onde passamos cerca de 9 a 10 dias, com os falantes de Paumari moradores da cidade.

Na coleta de dados, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: i) Aplicamos um questionário elaborado com base nas leituras para a documentação da terminologia de parentesco Paumari, aplicado por meio de entrevistas, com o intuito de coletar não só os termos de parentesco, como também para obter informações acerca das regras matrimoniais e do sistema de parentesco; ii) fizemos as árvores genealógicas dos falantes (utilizando o programa GenoPro), no intuito de reconstituir os espaços genealógicos desses, em seguida, questionamos como eles se referiam a cada parente; iii) também recorreremos à observação do cotidiano dos Apurinã e dos Paumari, ao longo das pesquisas de campo, a fim de entender melhor a organização social desses

povos. Por meio desses procedimentos metodológicos, compreendemos melhor as especificidades de certos termos e os vínculos entre os indivíduos.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro, mostraremos o referencial teórico que embasou esta pesquisa. Exibiremos, primeiro, aspectos relevantes acerca da abordagem da Antropologia Linguística, o que se faz necessário, uma vez que esta pesquisa propõe uma análise que está inserida na interface entre a linguística e a antropologia. Apresentaremos, também, um quadro geral acerca da teoria do parentesco. Do mesmo modo, veremos características comuns no fenômeno do parentesco nas sociedades indígenas, considerando que esta pesquisa se dá nesta realidade.

No segundo capítulo, apresentaremos considerações sobre o povo e a língua Apurinã, bem como a análise da terminologia e do sistema de parentesco e a sua relação com aspectos socioculturais, tais como o casamento, a organização das comunidades e o modo como se dão as migrações.

Já no terceiro capítulo, introduziremos informações a respeito do povo e da língua Paumari, bem como sobre a filiação genética da língua. Apontaremos, também, características do sistema e da terminologia de parentesco em Paumari.

Finalmente, no quarto capítulo, veremos diferenças e similaridades entre os sistemas e terminologias de parentesco em Paumari e em Apurinã, no intuito de demonstrarmos o que esses dados revelam acerca do histórico de contato entre os dois povos.

CAPÍTULO I: APORTES TEÓRICOS

Neste capítulo, apresentaremos algumas considerações relevantes acerca de determinados aspectos da teoria da antropologia linguística, uma vez que o presente trabalho se circunscreve neste campo de pesquisa. Do mesmo modo, discutiremos a respeito de questões referentes ao estudo do sistema e da terminologia do parentesco, com o intuito de fornecer um panorama geral sobre como a investigação de tais fenômenos circunscreve-se na antropologia e na antropologia linguística. Em seguida, veremos, brevemente, alguns exemplos de como funcionam os sistemas de parentesco nas sociedades indígenas.

1.1. A Antropologia Linguística

A Antropologia Linguística é um estudo que analisa os objetos de pesquisa com base na interface da linguística e da antropologia, que há pouco tempo se estabeleceu como um tipo de investigação independente. Autores como Hymes (1964), Foley (1997), Duranti (1997), por exemplo, levantaram uma série de questões e contribuíram de modo significativo para o desenvolvimento da disciplina.

Para Hymes (1964), na antropologia linguística, as questões acerca da linguagem são moldadas pela antropologia. Seu escopo pode se debruçar sobre problemas que não são objetos de investigação da linguística ativa, contudo, os problemas sempre incluem alguma integração com áreas subjacentes à antropologia. Foley (1997), por outro lado, propõe que a antropologia linguística é um subcampo da linguística que se preocupa com o lugar da linguagem em seu contexto social e cultural e com o seu papel na sustentação das estruturas culturais.

Duranti (1997), por sua vez, ressalta a importância de compreender a antropologia linguística como um estudo interdisciplinar, que demanda métodos existentes em ambas as áreas. Segundo o autor, a disciplina busca compreender aspectos multifacetados da linguagem como um conjunto de práticas sociais, ou seja, a linguagem é vista como “um conjunto de recursos simbólicos que entram na constituição do tecido social e da representação individual dos mundos reais ou possíveis” (DURANTI, 1997, p.14). A linguagem, nessa perspectiva, é um sistema de comunicação que envolve aspectos interpsicológicos (entre indivíduos) e intrapsicológicos (individual) dos seus sujeitos de estudos, ou seja, os falantes de uma determinada comunidade.

A visão da linguagem como recurso cultural e como prática cultural, para Duranti (1997), é o que diferencia a antropologia linguística da linguística propriamente dita. Este escopo é uma porta para que os pesquisadores abordem questões que estão no centro da pesquisa antropológica, tais como a constituição da autoridade, o processo de socialização, a construção cultural da pessoa, domínios específicos de conhecimento e cognição, contato cultural, mudança social, a relação entre a cultura e diferentes formas de organização social – sobre a qual se debruça a presente pesquisa – e a compreensão de mundo de cada comunidade. Nessa perspectiva, a antropologia linguística é considerada como parte do campo mais amplo da antropologia pois se ocupa do exame da linguagem através das lentes das preocupações antropológicas, segundo Duranti (1997).

Elaboramos esta seção com a finalidade de fonerker um quadro breve acerca dos preceitos da Antropologia Linguística. Tal discussão se faz necessária no presente trabalho, pois foco desta pesquisa se volta para a descrição e comparação entre os sistemas de parentesco Apurinã e Paumari e este fenômeno se inscreve dentro do escopo da Antropologia Linguística.

Na próxima seção, trataremos mais especificamente acerca do estudo do sistema de parentesco, conhecimento necessário à compreensão do fenômeno investigado na presente dissertação.

1.2. Estudo do Parentesco

A Antropologia começou a ser considerada uma ciência em meados do final do século XIX, desde então, devido ao seu aspecto técnico, o estudo acerca do parentesco resultou, até o contexto atual, em uma controversa e rica literatura, contudo muitas questões a respeito deste fenômeno permanecem até hoje sem respostas. Segundo Ghasarian (1999), os seguintes autores sustentaram os principais debates sobre este domínio: Morgan (1971), McLennan (1865), Bachofen (1861), Malinowski (1927), Durkheim (1996), Radcliffe-Brown (1952) e Lévi-Strauss (1949; 1956; 1982). Discutiremos acerca de algumas dessas perspectivas a seguir.

As principais contribuições para o que conhecemos hoje como “estudo do parentesco” emergiram a partir da publicação de *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family*, de autoria de Morgan (1997 [1971]). O autor conceituou o parentesco como um vínculo natural, baseado em um sistema de relações afins e consanguíneas, esta conceituação, no entanto, era considerada ainda como um princípio baseado apenas nas relações genéticas entre os indivíduos.

Além desta visão biológica acerca do fenômeno, segundo esta proposta de definição, o sistema de parentesco de uma sociedade pode ser compreendido a partir da observação da terminologia de parentesco, pois o autor considerava que tal terminologia era uma via legítima de informações acerca das instituições sociais, em outras palavras, observando os termos parentais, o pesquisador era capaz de compreender os vínculos entre os indivíduos e as regras matrimoniais.

Morgan (1997 [1971]) também introduziu os conceitos de *termos descritivos* e *classificatórios* para subdividir as terminologias de parentesco. Os termos descritivos explicitam os laços de parentesco, enquanto os termos classificatórios reduzem os termos de parentesco, colocando diferentes parentes em uma mesma categoria de nomes, o pai e seu irmão, ou um primo e um irmão, por exemplo, podem ser designados por um mesmo termo. Para o autor, isto acontecia em razão de um desconhecimento biológico por parte do indivíduo e, por esse motivo, considerava como primitivas as sociedades que usam este tipo de terminologia.

Apesar desta contribuição, a abordagem de Morgan sofreu críticas ferrenhas, pois, segundo Ghasarian (1999), além de demonstrar uma visão etnocêntrica acerca dos sistemas e terminologia de parentesco nas sociedades tradicionais, Morgan postulou como indissociável a relação da realidade biológica com os termos de parentesco, ignorando que estes termos se tratam, muitas vezes, de representações culturais. Outro aspecto errôneo da teoria é a oposição entre termos classificatórios e descritivos, uma vez que todas as línguas naturais apresentam ambos os tipos de termos de parentesco.

Durkheim (1996) foi um dos primeiros autores a postular críticas ao modelo naturalizante de Morgan. Segundo Durkheim (1996), o parentesco corresponde a um conjunto de relações morais e jurídicas, e não um sistema de correspondentes vocabulares de fenômenos sociais. A perspectiva de Durkheim elevou o status do parentesco dentro da visão estrutural-funcionalista, portanto, a escola considerou este domínio como principal elemento fundador e elemento central das sociedades sem Estado.

O antropólogo Levi-Strauss (1949), no entanto, propôs uma outra perspectiva. O autor definiu o parentesco como um sistema de comunicação baseado na proibição do incesto, na reciprocidade e na aliança, isto é, na troca de indivíduos (homens ou mulheres), em que todos os elementos estão relacionados. Conforme o autor, os laços de parentesco estão além dos vínculos naturais; trata-se de um fenômeno regido por princípios sociológicos.

Considerada do ponto de vista mais geral, a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança. Já a natureza atua por si mesma, segundo o duplo ritmo de receber e dar, traduzido na oposição entre casamento e filiação [...] O domínio da natureza caracteriza-se pelo fato de nele só se dar o que se recebe [...] No domínio da cultura, ao contrário, o indivíduo recebe sempre mais do que dá, e ao mesmo tempo dá mais do que recebe [...] (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 70).

A proibição do incesto constitui um princípio de suma importância para a perpetuação dos sistemas. É a proibição do incesto que funda a vida social, baseada na troca e na cooperação, ao produzir a exogamia e a aliança (LÉVI-STRAUSS, 1949). Segundo o autor (1949), a aliança e a exogamia surgem pela necessidade de sobrevivência. Para que os grupos não sejam extintos pelo exterior, devem se casar com indivíduos de grupos diferentes; a troca de indivíduos provenientes de unidades diferentes é a transição da hostilidade à afinidade (ou aliança). Segundo o autor:

Desde muito cedo, a humanidade compreendeu que, para se libertar de uma luta selvagem pela existência, estava obrigada a uma escolha muito simples: ou casar-se no exterior ou ser exterminada pelo exterior. Era-lhe necessário escolher entre as famílias biológicas isoladas e justapostas como unidades fechadas, perpetuando-se por si mesmas, envoltas nos seus medos, mergulhadas nos seus ódios e nas suas ignorâncias, e, graças à proibição do incesto, a instituição sistemática de cadeias de intercasamentos, que permitiriam edificar uma sociedade humana autêntica sobre a base artificial de laços de afinidades, apesar da influência isolante da consanguinidade e mesmo contra esta. (LEVI-STRAUSS, 1949)

A aliança, portanto, na visão de Levi-Straus, assegura a reciprocidade entre as unidades e a prevalência do social sobre o natural.

Héritier (1981), por seu turno, apresentou uma abordagem diferente. De acordo com o autor, a aliança consiste na base dos sistemas de parentesco. Em outras palavras, o parentesco consiste em um sistema que cria laços entre os indivíduos e os classificam como consanguíneos e aliados. A classificação dos parentes em consanguíneos e aliados constitui um dos universais do estudo do parentesco, que iremos abordar de modo mais enfático mais à frente, na seção 2.1.

O parentesco é uma área relativamente nova no âmbito da antropologia e tem sido alvo de estudos não só na esfera antropológica como também na linguística. Ambos os campos de conhecimento contribuem mutuamente para o estudo do parentesco, tendo em vista que um dos instrumentos fundamentais para que os pesquisadores compreendam os sistemas de parentesco e as trocas matrimoniais é a terminologia. Esta, por sua vez, apresenta uma correspondência com as

práticas sociais (RADCLIFFE-BROWN, 1952). É, especialmente, por meio da terminologia de parentesco que apreendemos as classificações dos parentes e as regras de comportamento correspondentes aos termos empregados pelos falantes. As regras matrimoniais influenciam na terminologia parental, pois, segundo Ghasarian (1999), os indivíduos de uma determinada sociedade diferem (na terminologia) os parentes consanguíneos com os quais podem ou não se casar, conforme veremos, no capítulo seguinte, que os termos de parentesco da língua Apurinã, por exemplo, em grande parte das comunidades, ainda estão diretamente atrelados às prescrições e proibições matrimoniais.

Discutimos, nesta seção, acerca de questões ligadas à noção de parentesco, importantes para o escopo do presente trabalho. A seguir, veremos considerações acerca dos conceitos de consanguinidade e afinidade.

1.2.1. Consanguinidade e Afinidade

Embora haja uma grande controvérsia nas abordagens teóricas acerca dos sistemas de parentesco, a consanguinidade e a afinidade constituem pressupostos universais no estudo desses sistemas, como dito na seção anterior, inclusive sendo considerados por alguns teóricos, tais como Hérítier (1981), como a base de todos os sistemas de parentesco.

O princípio de consanguinidade e afinidade está presente em todas as sociedades e línguas do mundo, no entanto, cada sociedade vive essas relações sociais à sua maneira. O princípio de afinidade consiste nas relações formadas por grupos distintos, estabelece as relações de ego com o grupo de parentesco adquirido através da união matrimonial (GHASARIAN, 1999).

De acordo com Ghasarian (1999), consanguinidade, principalmente nas sociedades não tradicionais ocidentais, corresponde ao princípio que evidencia a relação consanguínea entre os indivíduos. São considerados consanguíneos os seguintes parentes: os ascendentes e descendentes por linha direta (pai, mãe, avós, netos e filhos), e os parentes colaterais (tios, tias, sobrinhos e primos). No entanto, muitas organizações sociais, principalmente as tradicionais, vivem a consanguinidade de formas diversas, e nem sempre ela corresponde à realidade biológica.

Conforme veremos no capítulo II, a sociedade Apurinã, por exemplo, é organizada em um sistema de metades matrimoniais exogâmicas, sendo que os membros de uma mesma metade são

considerados como irmãos, indivíduos “da mesma carne e do mesmo sangue”, nas palavras dos Apurinã, independentemente das relações biológicas existentes ou não entre eles. A relação de consanguinidade, portanto, está além dos laços biológicos. Ressaltamos que esse fenômeno não ocorre devido ao desconhecimento ou à negação do processo biológico, trata-se de um princípio mental definido de acordo com cada sociedade.

1.2.2. Filiação

De acordo com Ghasarian (1999), a filiação é o princípio que rege a transmissão ou não do parentesco. A filiação, geralmente, nas sociedades tradicionais, é passada unicamente pelo pai ou pela mãe do indivíduo, desse modo, o indivíduo pertence ao grupo de um dos dois.

Neste princípio de organização do parentesco o processo da concepção não é ignorado, contudo, não é considerado como um fator importante na definição da filiação, pois não se trata de um processo biológico, e sim de um princípio que determina a identidade social de um sistema, as obrigações entre os membros do grupo, etc. Por este motivo, a filiação também é chamada de ideologia da descendência. A filiação pode ser de três tipos: unilinear, bilinear e indiferenciada.

A filiação unilinear é a mais comum nas sociedades tradicionais. Neste tipo de organização, a distinção do sexo é de extrema importância, visto que o parentesco é passado por um único progenitor, o que não elimina o indivíduo que não transmite o parentesco do grupo, este continua sendo membro, porém não transmite a pertença ao grupo. Este tipo de filiação é subdividido em: filiação patrilinear e matrilinear.

Na filiação patrilinear, ou agnática, a atribuição do parentesco é dada exclusivamente pelo pai do indivíduo. Nas organizações matrilineares, também designadas como uterina, o sistema de filiação é transmitido apenas pela mãe do indivíduo, ou seja, pelas mulheres do grupo.

A filiação bilinear, ou dupla filiação, segundo Ghasarian (1999), combina duas filiações unilineares (patrilinear e matrilinear); a filiação é reconhecida por ambos os lados, no entanto, cada uma tem um propósito e um nível de relevância diferente. Nesta organização, uma das filiações é vista como complementar de uma principal.

A filiação indiferenciada, ou cognática, é a mais comum nas sociedades ocidentais, neste tipo de filiação o sexo dos progenitores é irrelevante, pois o ego é membro de pelo menos dois grupos de parentescos (do pai e da mãe).

1.3. Genealogia

O estudo do parentesco faz uso de esquemas para analisar os princípios subjacentes aos sistemas de parentescos. Os esquemas são geralmente centrados um indivíduo de referência, denominado *Ego*. A seguir, apresentaremos os símbolos empregados na construção dos esquemas de parentesco. Para a organização destes, utilizamos o programa *GenoPro*.



Indivíduo do sexo feminino



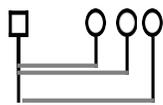
Indivíduo do sexo masculino (geralmente usa-se um triângulo, no entanto representaremos em forma de um quadrado, em virtude do programa que utilizamos – *GenoPro*)



Indivíduo falecido



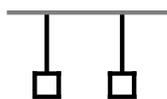
Casamento



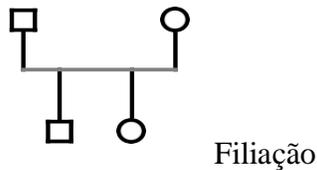
Casamento poligâmico



Divórcio

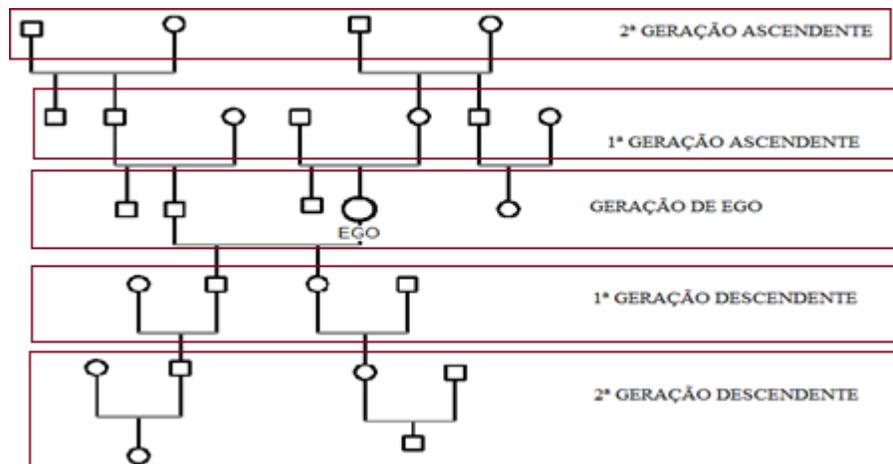


Irmãos



Os esquemas de parentesco formam as árvores genealógicas, as quais, segundo Ghasarian (1999), constituem uma etapa obrigatória para que o pesquisador compreenda os sistemas de parentesco. De acordo com o autor, o levantamento da genealogia deve ser repetido com várias pessoas da comunidade em questão, no intuito de obter-se uma visão ampla das relações de parentesco. Neste processo, o pesquisador constrói as árvores genealógicas de *Ego* e questiona como esse indivíduo se refere a cada parente, metodologia esta que também foi utilizada para a coleta do *corpus* deste trabalho. Estas árvores genealógicas são formadas por gerações que se estendem conforme a necessidade e a memória do colaborador; na figura seguir, demonstraremos como são construídas as árvores genealógicas e suas gerações.

Figura 01: Árvore Genealógica e Gerações



Conforme mostra a Figura 01, as gerações se formam a partir da geração de ego. Na segunda geração ascendente estão os avós de ego; na primeira geração ascendente encontram-se os pais, os tios e os sogros de ego; na geração de ego constam os irmãos, os primos, os cunhados, o cônjuge e o próprio ego; na primeira geração descendente estão os filhos e sobrinhos (os quais não constam na figura acima, pois a árvore se estenderia demasiadamente) de ego; e, por fim, na segunda geração descendente encontram-se os netos de ego. Ressaltamos que é possível que haja

mais gerações de acordo com a necessidade de cada pesquisa e com a memória do falante entrevistado.

Na presente seção, vimos a organização dos esquemas de parentesco e das árvores genealógicas e suas gerações, este entendimento se faz necessário para compreendermos as figuras da seção a seguir e as outras genealogias apresentadas ao longo do trabalho. Na seção 1.4 discorreremos a respeito dos modelos de terminologia de parentesco.

1.4. Modelos de Terminologia de Parentesco

Segundo Morgan (1870), apesar da riqueza das línguas naturais do mundo, existem apenas seis sistemas terminológicos básicos presentes em todas as terminologias de parentesco, com variações que surgem a partir daí. A saber: Havaiano, Iroquês, Sudanês, Esquimó, Crow e Omaha, dos quais falaremos adiante.

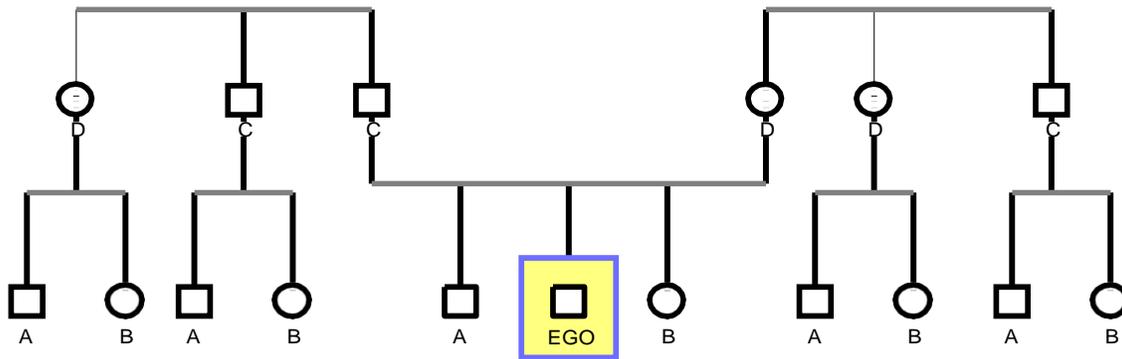
Ressaltamos que as árvores genealógicas que constam nas figuras desta seção são compostas pelos parentes biológicos da primeira geração ascendente, ou seja, os pais e os tios de ego e pelos parentes biológicos da geração de ego, isto é, os irmãos e os primos de ego; contudo, as árvores que mostram os modelos Crow e Omaha possuem a segunda geração descendente, na qual estão os filhos e os descendentes dos primos. Ao lado de ego, estão os parentes de sua geração; acima de ego, à direita constam a mãe e os tios maternos; acima de ego, à esquerda, aparecem o pai e os tios paternos; e, nas genealogias Crow e Omaha, abaixo de ego, estão os filhos e os descendentes dos primos.

Consoante ao que observaremos nas figuras, mais adiante, utilizamos letras maiúsculas para substituir os termos de parentesco. Os parentes marcados pela mesma letra são denominados da mesma forma, como por exemplo, na figura 01, todos os indivíduos marcados pela letra A seriam denominados da mesma forma nesta terminologia de parentesco, enquanto os parentes marcados pela letra B seriam chamados todos pelos mesmos nomes. Por outro lado, os indivíduos marcados por letras diferentes são denominados de formas diferentes; no modelo de terminologia havaiana, a exemplo, os primos do sexo masculinos (A) são referenciados por termos diferentes daqueles usados para nomear as primas do sexo feminino (B).

O sistema de terminologia Havaiano é mais comum no contexto malaio-polinésio, consiste no modelo mais simples e o que apresenta um menor número de termos, segundo

Batalha (1995), em algumas variantes sequer há distinção de sexo entre os parentes. As sociedades cujo sistema de parentesco obedecem a este modelo têm um sistema de filiação indiferenciada, isto é, não há distinção entre o lado paterno e materno, e tendem a apresentar famílias extensas. Nele, os termos para designar os parentes nucleares de ego (pai, mãe e irmãos) são estendidos para além da família nuclear, em outras palavras, o nome usado para denominar ‘pai’ também serve para nomear os tios, independente de serem da parte materna ou paterna; de maneira análoga, os nomes para nomear ‘mãe’ se estendem às tias, paternas ou maternas; do mesmo modo, os termos usados para ‘irmão’ servem para os primos e os termos usados para ‘irmã’ servem para as primas. Conforme veremos na figura 02.

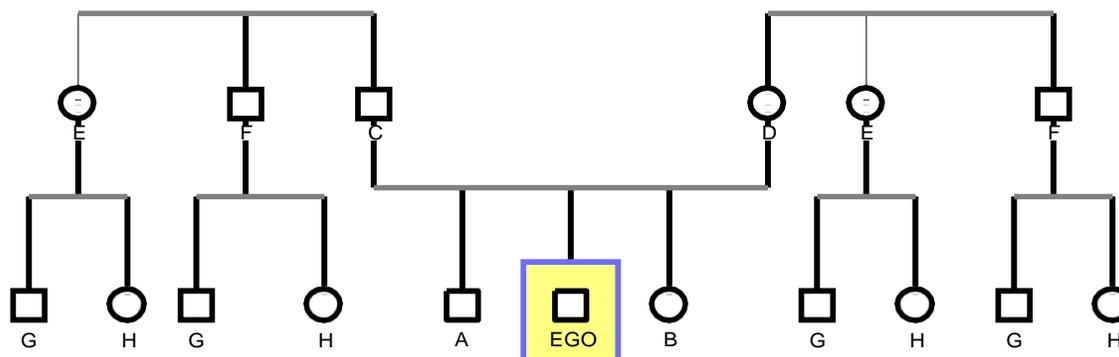
Figura 02: Modelo de Parentesco Havaiano



Fonte: Batalha (1995, p. 760, *adaptação nossa*)

No modelo Esquimó, também há filiação indiferenciada, contudo, ao contrário do modelo Havaiano, não é possível expandir os termos que denominam os membros da família nuclear para os demais parentes. Desse modo, conforme Batalha (1995), a família nuclear assume o papel central na estruturação dessas sociedades, demarcando, por meio da terminologia, sua identidade como uma unidade separada das demais relações parentais. Nesta terminologia, não há distinção entre os parentes paterno e materno, bem como não há distinção entre parentes cruzados e paralelos. Em outras palavras, os pais e os irmãos de ego (família nuclear) recebem nomes diferentes daqueles usados para denominar os tios/tias e os primos.

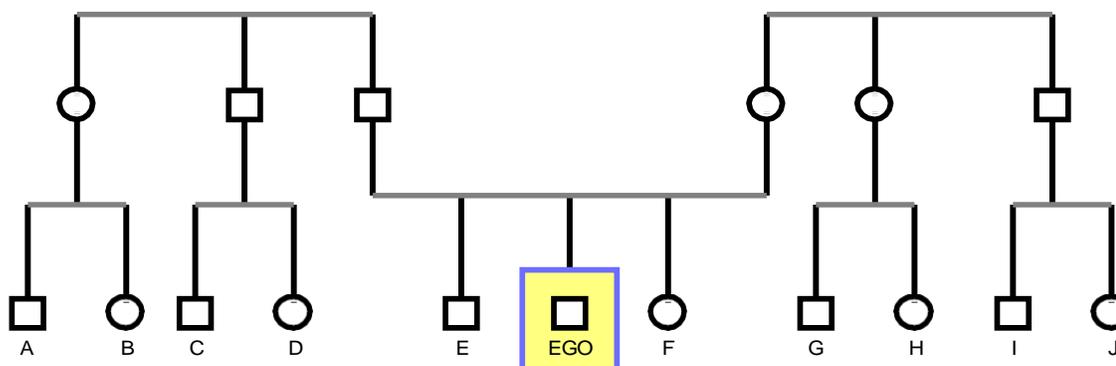
Figura 03: Modelo de Parentesco Esquimó



Fonte: Batalha (1995, p. 759, adaptação nossa)

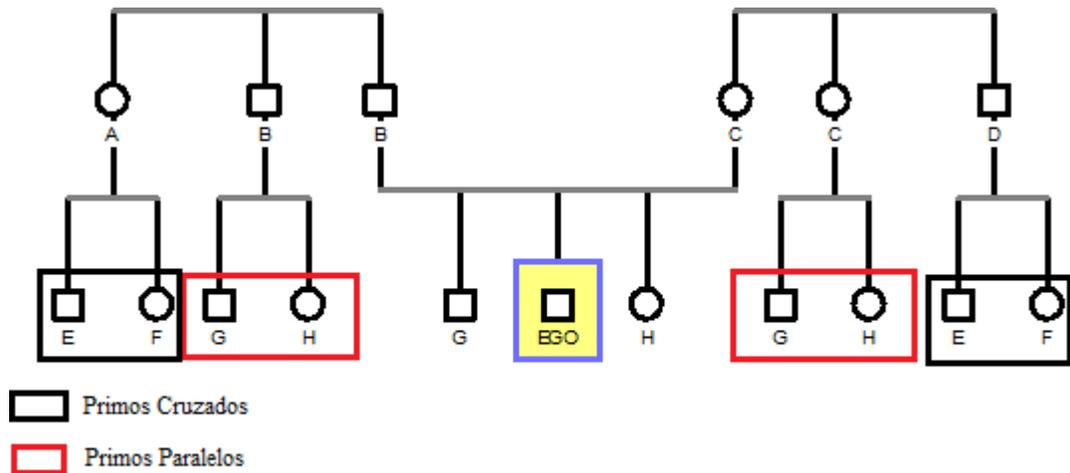
A terminologia Sudanesa, segundo Batalha, tem como principal característica a distinção entre os primos. Conforme mostra a figura 04, cada um deles recebe uma denominação específica, dependendo de fatores como: parte paterna, na qual os termos para os filhos do tio paterno são representados por C e D e os filhos da irmã do pai são representados por A e B; parte materna, em que os filhos da irmã da mãe são representados por G e H e os filhos do irmão da mãe são representados por I e J; o sexo também entra como um fator de distinção, uma vez que, como podemos ver na figura 04, os homens recebem sempre nomes diferentes das mulheres.

Figura 04: Modelo de Parentesco Sudanês



Fonte: Batalha (1995, p. 761, adaptação nossa)

A terminologia do tipo Crow ignora a existência da geração, uma vez que os indivíduos de gerações distintas podem ser denominados pelo mesmo nome. Trata-se de um sistema do tipo matrilinear no qual os parentes dessa linhagem são designados por dois termos apenas, enquanto os filhos dos homens da matrilinearidade também recebem apenas dois termos, dependendo do



Fonte: Batalha (1995, p. 760, adaptação nossa)

Segundo Lowie (1928), a classificação das terminologias de parentesco se dá em função dos termos empregados na G+1, ou seja, na primeira geração ascendente (geração dos pais de ego). Para o autor, os tipos são caracterizados por:

a) fusão bifurcada, na qual temos a equação $F=FB \neq MB$ (o termo que nomeia o pai de ego (F) também nomeia o irmão do pai (FB), no entanto, o termo difere-se daquele utilizado para nomear o irmão da mãe (MB) e $M=MZ \neq FZ$ (a mãe (M) recebe o mesmo nome da tia materna (MZ), contudo o termo difere-se daquele utilizado para denominar a irmã do pai (FZ));

b) bifurcação colateral, na qual $F \neq FB \neq MB$ (o pai (F) é denominado por um termo que não serve para o seu irmão (FB) e não serve para o irmão da mãe (MB) e $M \neq MZ \neq FZ$ (o mesmo se estende para a mãe e as tias);

c) geracional, na qual $F=FB=MB$ (o pai (F), o irmão do pai (FB) e o irmão da mãe (MB) são nomeados pelo mesmo termo) e $M=MZ=FZ$ (a mãe (M), a irmã da mãe (MZ) e a irmã do pai (FZ) são nomeadas da mesma forma);

d) linear, na qual $F \neq FB=MB$ (o irmão do pai (FB) e o irmão da mãe (MB) recebem o mesmo termo, enquanto o pai (F) é denominado por outro termo) e $M \neq MZ=FZ$ (a irmã da mãe (MZ) e a irmã do pai (FZ) são denominadas pelo mesmo item lexical, enquanto a mãe (M) é nomeada por outro termo.

A terminologia do tipo Iroquesa, a qual se inscreve no tipo fusão bifurcada, foi investigada com mais afinco por Murdock (1949), sob o rótulo de “dakota-iroquês”. Posteriormente, Lounsbury (1969) identificou que havia três sistemas sob tal rótulo, “iroquês”, “dravidiano” e “krariera”. O autor observou que a terminologia iroquesa se dá em virtude da presença de grupos unilineares, como metades em clãs, ao passo que o modelo dravidiano não depende de critérios de filiação, clãs e metades e, também, ao contrário do Iroquês, leva em conta o sexo de todos os parentes; por esse motivo, estes sistemas derivam de cálculos e estruturas sociais fundamentalmente diversas.

Conforme Viveiros de Castro (1996), no entanto, é impossível identificarmos uma heterogeneidade radical entre os cruzamentos dravidiano e iroquês. Viveiros de Castro propôs que a diferença entre dravidiano e iroquês é etnograficamente forçada, uma vez que encontramos em descrições de sistemas de parentesco de sociedades geograficamente próximas, de mesma base linguística e cultural, definições de terminologias ora dravidianas, ora iroquesas, o que é comum nos estudos de sociedades Americanas. Segundo o autor, a diferença entre os modelos é menos algébrica mais relacionada aos diferentes regimes de aliança praticados pelos grupos.

Quanto aos demais modelos, o autor ressalta que estes não pressupõem que todas as sociedades sejam exemplares ‘puros’ dos tipos, pois esses são designações apenas convencionais. A antropologia do parentesco “precisa de modelos menos icônicos, isto é, modelos estruturais menos dependente da generalização empírica dos paradigmas epônimos” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p.12), pois, segundo o autor, tais nomenclaturas são comumente empregadas por pesquisadores dos sistemas e terminologias de parentesco, no entanto, não possuem qualquer valor explicativo; nessa perspectiva, a antropologia do parentesco deve, portanto, construir modelos estruturais, superando, desse modo, a construção de tipologias icônicas, como são os tipos propostos por Morgan, somado à análise do sistema de parentesco como um todo.

Portanto, afirmamos que os estudos acerca dos modelos de terminologia e sistema de parentesco estão em fase de elaboração, pois há ainda uma grande controversa acerca do assunto. Autores recentes como Viveiros de Castro (1996) e Taylor (1989) argumentam que a divisão entre Dravidiano e Iroquês, por exemplo, deveria ser desfeita. Por outro lado, Henley (1996) postulou que na Amazônia havia um único modelo, o qual é intitulado como “Amazonian ideal type” que, para o autor, tratava-se do modelo primitivo de parentesco na região amazônica, que

derivou o sistema dravidiano, o sistema iroquês e o sistema *crow-omaha*, mais comuns nessa região, segundo a literatura.

1.5. O Estudo do Parentesco nas Sociedades Indígenas: um breve panorama

O fenômeno do parentesco nas sociedades indígenas está sujeito a uma série de regras matrimoniais as quais são regidas por costumes e prescrições que variam de acordo com a sociedade. Segundo Melatti (2014), o casamento nunca é de interesse apenas do homem e da mulher envolvidos, ele também inclui interesses da família, de um clã, ou outros grupos de parentesco. O autor assinala ainda que, em tais sociedades, é por meio do matrimônio que se criam laços de aliança e cooperação entre grupos sociais distintos, uma vez que se unem clãs, metades, linhagens, aldeias, entre outros. Quando um indivíduo se casa, portanto, envolve todos os indivíduos de seu grupo.

Uma primeira característica comum entre as sociedades indígenas é a *proibição do incesto*. Segundo Lévi-Straus (1982), a proibição do incesto está na base de todos os sistemas de parentesco, em sociedades tradicionais ou não. Em outras palavras, em todas as sociedades humanas existem os parentes proibidos para o matrimônio, o que às vezes é estabelecido por lei, ou, no caso das sociedades indígenas, causa uma repulsa social e é constantemente associada à má formação de crianças. A proibição do incesto leva os indivíduos a casarem fora de seu grupo de parentesco, cujas mulheres lhe são proibidas; a este fenômeno damos o nome de *exogamia*. De acordo com Melatti (2014), se há proibição matrimonial de certos parentes em todas as sociedades, há também a exogamia em todas elas.

Há sociedades em que a organização social se dá de forma dualista por apresentarem duas seções matrimoniais chamadas de *metades*. Veremos, no Capítulo II, que a organização parental dos Apurinã, objeto de estudo deste trabalho, também está organizada em um sistema de metades, chamadas de *xiwapurynyry* e *mëetymanety*, as quais estabelecem as regras de casamento e alguns tabus alimentares. Melatti (1973) postula que o termo *dualista* deve ser considerado em seu sentido mais amplo, ou seja, abrange não só sociedades organizadas em duas partes, como também, abrange as sociedades cujas instituições, crenças seja marcada pela oposição de elementos dois a dois; segundo o autor, a sociedade Krahó está inserida neste contexto.

Conforme Melatti (1973), a sociedade Krahó é marcada pela existência de vários pares de metades. Um desses pares corresponde às metades chamadas Wakmêye e Katamyé, sendo que a cada uma delas corresponde uma série de nomes pessoais. Segundo o autor, Khöirumpekëtxë e Harãrumpekëtxë formam um outro grupo de metades em que o critério de pertencimento é a filiação. As classes de idade dos Krahó de sexo masculino são distribuídas nas metades Khëikateye e Harãkateye, os quais também estão associados a participação desses indivíduos em vários ritos. Há também o par Hëk e Krókrók, ou então Tép e Teré, nas quais os indivíduos escolhem a que metade deseja participar. Segundo Melatti (1973), somente o primeiro par aqui citado são aplicadas para homens e mulheres, nas demais metades não há mulheres, uma vez que a mulheres Krahó pertence à metade do seu pai, quando é solteira, e à metade do esposo, quando é casada.

Há também sociedades divididas em grupos menores denominado como clãs. Conforme a literatura antropológica, os clãs são estruturados por várias linhagens unilineares, nas quais os indivíduos têm uma vaga noção de suas origens. Os integrantes sabem apenas que sua descendência é proveniente de um ser mítico. No entanto, segundo Ghasarian (1999), esses povos não são capazes de demonstrar sua filiação; desse modo, o clã existe unicamente na consciência de seus membros. Um exemplo desse tipo de organização é a sociedade Bororo, em que, segundo Crocker (1969), a criança, ao nascer, recebe um nome que a identifica ao clã de sua mãe, uma vez que a linhagem é matrilinear neste grupo.

Segundo Melatti (2014), embora os grupos de parentesco sejam todos exogâmicos, é possível identificarmos sociedades em que grupos exogâmicos estejam inseridos em um grupo maior que é endogâmico. Melatti exemplifica o fenômeno da exogamia na sociedade Suruí; conforme o autor, esta sociedade está dividida em um grupo de cinco clãs, a saber: Quati, Gavião, Pau, Carajá e Palmeira (Laraia & DaMatta, 1967, p. 43 *apud* Melatti, 2014). O indivíduo se casa fora de seu clã, uma vez que casar-se dentro dele é considerado incesto, no entanto, dificilmente ele irá se casar com pessoas que não sejam da sociedade Suruí.

Por outro lado, também existem grupos cuja prescrição matrimonial é com falantes de outra língua, como é o caso dos grupos Tukano. É um costume do povo Tukano a preferência matrimonial com indivíduos falantes de outras línguas, os homens Tukano oferecem suas irmãs para o matrimônio, contudo, tentam reter suas relíquias como personificações de suas próprias

identidades (Hugh-Jones, 2014, p. 158). Os filhos dos casais, pertencem ao grupo de seu pai e falam sua língua, segundo Hugh-Jones (2014), ou seja, a organização social dos Tukano se dá por meio da linhagem patrilineares e do matrimônio linguístico exogâmico.

Elaboramos, nesta seção, um panorama não aprofundado do comportamento do fenômeno do parentesco nas sociedades indígenas. Mais adiante, no Capítulo II, discutiremos a respeito do sistema e da terminologia de parentesco do Povo Apurinã, veremos também, aspectos da morfologia desses termos, e, do mesmo modo, identificaremos outros aspectos culturais relacionados a este sistema.

CAPÍTULO II: TERMINOLOGIA E ORGANIZAÇÃO PARENTAL APURINÃ

Trataremos, neste capítulo, de aspectos relevantes sobre a língua Apurinã, bem como sobre a organização do seu sistema e terminologia de parentesco e, do mesmo modo, veremos considerações acerca da relação existente entre o sistema de parentesco e o movimento migratório do povo Apurinã.

2.1. Considerações sobre o Povo e a Língua Apurinã

Nas subseções 2.1.1 e 2.1.2 apresentaremos algumas informações pertinentes aos aspectos socioculturais do povo Apurinã, no intuito de traçarmos um panorama a respeito da cultura, língua e sociedade Apurinã.

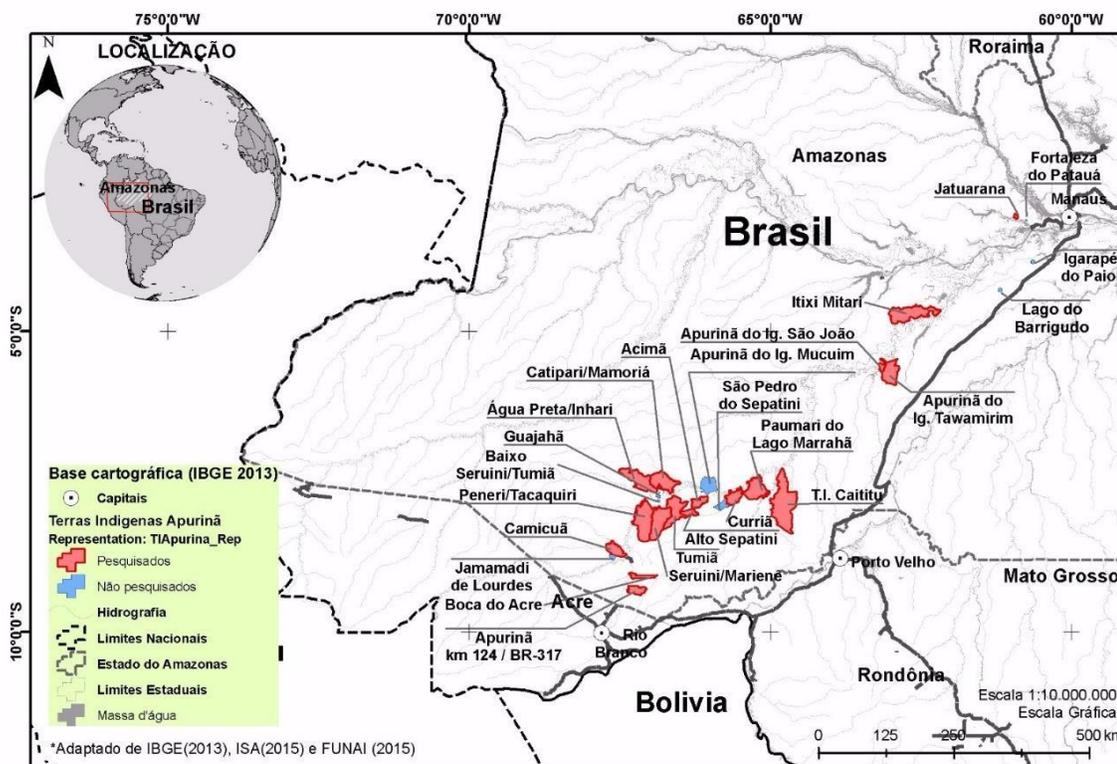
2.1.1 Localização e Aspectos Socioculturais

Apurinã é o nome usado em português para se referir ao povo que se autodenomina *Pupÿkarywakury* e à língua falada por eles, segundo Facundes (2000). Para a maioria dos Apurinã, o termo *Pupÿkary/ru* é uma autodenominação para as pessoas do grupo Apurinã; contudo, para alguns, o termo serve apenas para designar ‘índio’. O termo “Apurinã”, conforme Ehrenreich (1891, p.109 *apud* Facundes 2000, p.3), é, provavelmente, proveniente de “Ipuriná” que, segundo o autor, é o nome dado pelo povo Katawixi, o qual habitou uma região próxima aos Apurinã.

Segundo dados do IBGE (2010), a população Apurinã era de 6.842, considerando aqueles que habitam em regiões rurais e urbanas. Contudo, de acordo com dados da Siasi/Sesai (2012), a população conta com a estimativa de 8.300 indivíduos. Esta população se encontra distribuída em 24 terras indígenas (FUNAI, 2015, *apud* LIMA-PADOVANI, 2016, p.16) situadas às margens dos tributários do rio Purus, localizado no sudoeste da Amazônia, e em comunidades ao longo da rodovia 317. Conforme Lima-Padovani (2016), há um número significativo de Apurinã vivendo nas cidades de Lábrea (AM), Pauini (AM), Tapauá (AM), Boca do Acre (AM), Jatuarana (AM) e Rio Branco (AC).

Na Figura 08, apresentaremos um mapa no qual estão inseridas as terras indígenas ocupadas pelos Apurinã.

Figura 08: Mapa com a Localização das Terras Indígenas Apurinã.



Fonte: Lima-Padovani (2016)

Conforme dados oferecidos pela FUNAI (2015), o povo Apurinã reside nas seguintes terras indígenas – entre parêntesis colocaremos a localização (município): Acimã (Lábrea), Água Preta (Pauini), Apurinã do Igarapé Mucuim (Lábrea), Apurinã do Igarapé São João (Tapauá), Apurinã do Km 124, BR 317 (Lábrea e Boca do Acre); Baixo Seruini/Baixo Tumiã (Pauini); Boca do Acre (Boca do Acre e Lábrea); Caititu (Lábrea); Camicuã (Boca do Acre); Catipari/Mamoriã (Pauini); Fortaleza do Patuá (Manacapuru); Guajahã (Pauini); Igarapé Paiol (Manaquiri); Itixi Mitari (Anori, Beruri e Tapauá); Paumari do Lago Marrahã (Lábrea); Peneri/Tacaquiri (Pauini); São Pedro do Sepatini (Lábrea); Seruini/Mariene (Pauini e Lábrea); Torá (Humaitá e Manicoré); e Tumiã (Lábrea).

As comunidades Apurinã encontram-se entre as mais dispersas geograficamente do Brasil, de acordo com Chandless (1867 *apud* FACUNDES, 2000), isso se dá, principalmente, devido às tendências belicosas do grupo. Eram comuns os conflitos internos entre grupos de Apurinã no passado, contudo, ainda hoje, é possível atestarmos essa característica em algumas

comunidades. Tais conflitos, atualmente, ocorrem por motivos diversos, como por exemplo, acusar ou ser acusado de bruxaria, brigas por influência do consumo excessivo de bebida alcoólica, entre outros; geralmente, os Apurinã cessam tais conflitos por meio de vingança. Segundo Freitas (2017), as famílias migram para outras áreas, a fim de evitar tais vinganças.

A ocorrência de epidemias é um outro fator contribuinte para o espalhamento demográfico dos Apurinã, uma vez que o surto de doenças leva famílias inteiras a se mudarem para outras comunidades, em virtude da crença de que os não infectados podem evitar o contágio ao deixar o local da epidemia. Outro fator que interfere no espalhamento dos Apurinã é a morte de indivíduos da família (que os leva a deixarem o local onde habitam), no entanto, este é um aspecto pouco comentado na literatura acerca da etnia que carece de uma investigação mais detalhada.

Essa dispersão do povo também se deu em virtude do ciclo da borracha, período em que os Apurinã mantiveram contato direto com os não-índios (SCHIEL, 2002), devido ao estabelecimento sistemático de comerciantes na região do baixo Purus, em busca das “drogas do sertão”. A presença dos Apurinã neste contexto se deu pelas relações comerciais com os “brancos”, pelo trabalho como seringueiros, e pela perseguição e até mesmo a morte de grupos inteiros.

O período do ciclo da borracha também contribuiu para que os Apurinã perdessem parte de sua cultura, em virtude do intenso contato com outros povos e com os não-indígenas. Apesar dessa perda, ainda persistem alguns elementos da cultura tradicional, como as narrativas orais, a mastigação da folha *katsupary*, as festas *kyynyry* (ou xingané) – as quais ocorrem em situações especiais ou quando algum parente morre, ocasião em que as festas são consideradas parte do processo de superação. Segundo Lima-Padovani (2016) –, a cultura deste povo se confunde parcialmente com a cultura tradicional cabocla.

2.1.2 A língua Apurinã e a filiação genética: A família linguística Aruák

Segundo Facundes (2000), Apurinã pertence à família linguística Aruák do ramo Purus. A família Aruák é vista como uma das mais importantes da América, devido a sua extensão territorial e pela quantidade de línguas que ela abriga. De acordo com Aikhenvald (2005), a família Arauák é a que apresenta o maior número de línguas da América do Sul, abrangendo os países: Bolívia, Suriname, Venezuela, Guiana, Colômbia, Brasil e Peru; a família se estende até a

América Central, onde é falada em quatro países, a saber: Belize, Nicarágua, Guatemala e Honduras.

Segundo Aikhenvald (2005), o grupo Aruák foi reconhecido, primeiramente, por Filippo Salvatore Gilij, missionário italiano que, em 1783, comparou a língua Maipure com a língua Moxo, dando o nome Maipure à família. Posteriormente, Daniel Brinton renomeou a família, dando o nome Aruák, em virtude da língua Aruák ou Lokono, a qual é falada nas Guianas.

Segundo Aikhenvald (2005), em razão da predominância das línguas nacionais, tais como Português e Espanhol, e de línguas francas, como Quechua e Tucano, grande parte das línguas Aruák estão sob ameaça de extinção. De acordo com a autora, as línguas Guajiro, Campa e Garifuna, são as que ainda permanecem mais resistentes neste grupo linguístico. Para Aikhenvald, a família abriga cerca de 40 línguas, entre elas: Piro, Manchineri, Iñapari, Baniwa, Palikur, Enawenê Nawê, etc. As línguas mais próximas geneticamente de Apurinã são Piro e Iñapari, faladas na bacia do alto Purus

A língua Apurinã apresenta distintas realidades de uso, segundo dados levantados por Facundes. A língua é falada por cerca de 30% da população (FACUNDES, 2000), com diferentes graus de fluência. O Português é a língua predominante em grande parte das comunidades, as quais apresentam diferentes graus de bilinguismo. Em tais comunidades, a maior parte dos Apurinã não utiliza a língua no seu cotidiano e, raramente, repassam a língua nativa para as crianças – a comunidade do Tumiã é um raro exemplo de comunidade em que as crianças ainda aprendem a língua Apurinã como primeira língua. Boa parte dos que dominam a língua são falantes idosos.

Este quadro, segundo Lima-Padovani (2016) e Facundes (2000), é resultado da história do povo, da intensa ocupação de seus territórios por não índios no período do ciclo da borracha. O contato do povo Apurinã com os brancos foi marcado pela violência e exploração. Os indígenas eram constantemente perseguidos pelos patrões, que os proibiam de falar a língua materna, gerando, desse modo, o sentimento de desvalorização da identidade, da cultura e da língua, o que ainda persiste no contexto atual.

Atualmente, Apurinã é uma das poucas línguas indígenas brasileiras que possuem uma descrição relativamente completa. A pesquisa encontra-se em um estágio significativamente avançado e vem sendo estudada há cerca de quase 30 anos pelo Prof. Dr. Sidney da Silva Facundes, principal pesquisador da língua, juntamente com sua equipe de pesquisa.

2.2. O sistema de Parentesco Apurinã

2.2.1 As metades *Xiwapurynyry* e *Měetymanety*

O sistema de parentesco Apurinã obedece a um princípio de organização dualista, no qual os descendentes, geralmente, descendem da filiação pela parte da mãe ou do pai, este princípio é denominado como metade. As metades Apurinã são *xiwapurynyry* e *měetymanety*, que estabelecem restrições quanto ao matrimônio e a certos hábitos alimentares, conforme Facundes (2000). Esta divisão está relacionada ao passado mítico do povo, visto que ambas as metades são provenientes de duas entidades nascidas no começo do mundo. Para os Apurinã, os *měetymanety* são filhos de Tsurá, o criador do mundo, e os *xiwapurynyry* de Kanhinhary, denominado como o que “governa o mundo de baixo”.

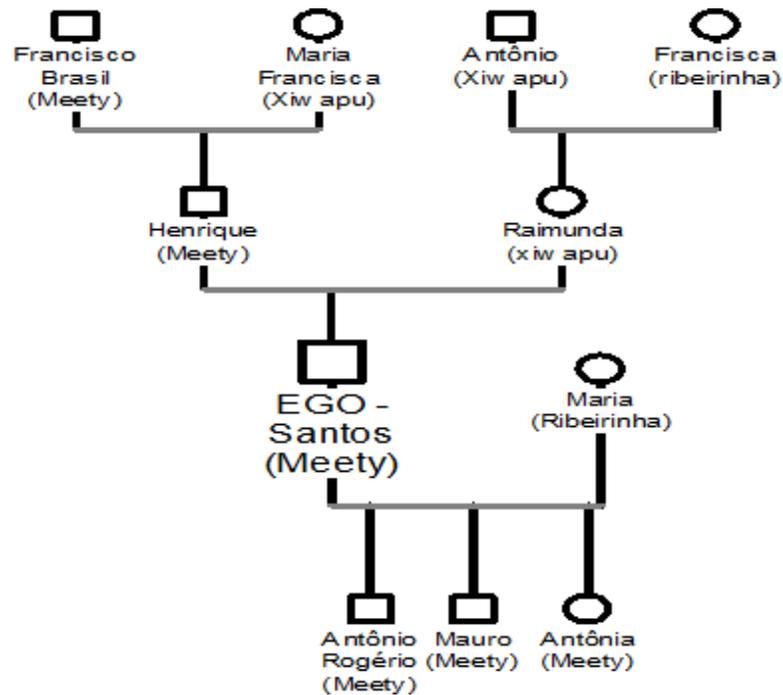
As metades *xiwapurynyry* e *měetymanety* são organizadas pelo princípio de filiação unilinear, na qual o indivíduo não escolhe sua filiação, ele a recebe por um dos genitores. Neste tipo de organização social, o pertencimento ao grupo é transmitido pelo pai (patrilinear) ou pela mãe (matrilinear), a filiação Apurinã é patrilinear, uma vez que o pertencimento a uma determinada metade é herdado pela parte paterna, independentemente do sexo dos filhos, visto que as mulheres também fazem parte da metade de seus pais, entretanto, não transmitem a filiação, diferentemente de seus irmãos.

As duas metades são matrimoniais exogâmicas, porquanto o casamento considerado correto acontece no exterior da metade, entre *xiwapurynyry* e *měetymanety*. Casar com uma pessoa da mesma metade é incesto, considerando que os Apurinã veem os membros de sua metade como irmãos, inclusive utilizam os termos *nhithary* (meu irmão) ou *nhitharu* (minha irmã) como forma de tratamento para os indivíduos de sua metade, e *nŷkeru* (minha cunhada) ou *numynapare* (meu cunhado) para pessoas da outra metade.

Em grande parte das comunidades, a organização social dos Apurinã possui uma estreita relação com a terminologia de parentesco. O casamento ideal acontece entre **primos cruzados**, ou seja, os indivíduos casam-se, preferivelmente, com os descendentes de tios do sexo oposto dos pais, uma vez que estes pertencem à mesma metade de ego, e são chamados de *-ikemaneru* (feminino), *-neremane* (masculino), sendo que os mesmos termos se estendem para os irmãos e irmãs do cônjuge de ego. Outro tipo de casamento muito comum é entre tios e sobrinhas, se estas

forem cruzadas, de outra metade. Na figura a seguir, apresentaremos uma árvore genealógica Apurinã, a fim de mostrar a distribuição das metades em uma determinada família.

Figura 09: Exemplo de árvore genealógica de um colaborador Apurinã



A divisão da sociedade Apurinã em metades tem consequências não só para as regras de casamento, como também para algumas restrições alimentares. Infringir as regras alimentares e de casamento pode ocasionar problemas. Os *xiwapurynyry* não podem se alimentar de certos tipos de inambu (inambu relógio e inambu macucau), já os *mětymanety* são proibidos de se alimentar de porquinho do mato. Na crença dos Apurinã, a quebra das prescrições alimentares causa sérias enfermidades e até mesmo a morte do indivíduo.

Os casais que infracionavam as regras de casamento eram constantemente perseguidos pelos mais velhos, que tinham a intenção de matá-los. No presente, não há indícios desse traço cultural; contudo, ainda há uma forte recriminação a essa prática, o que motiva a fuga desses casais, além de outros conflitos. Hoje, muitos relacionam a má formação de crianças ao casamento entre pessoas da mesma metade, nas palavras dos Apurinã, são “crianças que nem

minhocas” ou “crianças sem cu”, entre outros. Os Apurinã também contam que esses estão sempre na iminência de serem devorados por onças e outros bichos.

Os *Měetymanety* costumam reportar que os *Xiwapurynyry* são os que, em geral, se casam errado. A explicação para este traço está na história do começo do mundo, na qual Tsurá, Deus, o criador, e pai dos *Xiwapurynyry*, teria dormido com a sua irmã, segundo uns, ou com a mulher de *Kanhynhary*, pai dos *Měetymanety*, segundo outros (SCHIEL, 2004).

Também é possível o casamento entre mulheres e comerciantes; havia casos de mulheres que eram dadas aos “patrões” – brancos – o que é visto por alguns Apurinã como algo negativo, pois os “brancos” se recusavam a oferecer uma moça de sua família em troca, o que motivava os membros da família a “tomar a mulher de volta”, por acordos desfeitos. Atualmente, alguns costumam censurar os membros da família que querem que os filhos se casem com os brancos.

Os casamentos são predominantemente monogâmicos e, habitualmente, a preferência de casamento é entre primos cruzados. No entanto, antigamente era comum o homem se casar com mais de uma mulher, o que em muitas comunidades era privilégio dos caciques; no entanto, quando não havia homens de outra metade disponíveis para o casamento, era concedido aos outros homens o casamento com mais de uma mulher. Esta regra permitia que um homem se casasse com uma mulher e suas irmãs. Conforme Schiel (2004), desses casamentos originaram-se inúmeras parentelas, das quais falaremos mais adiante. De acordo com a autora, também existiam casamentos de mulheres com dois homens, porém em proporção insignificante. Atualmente ainda é possível testemunhar o casamento poligâmico, contudo, é raro.

Hoje, as preferências matrimoniais variam de acordo com as comunidades; em algumas, a preferência é pelo casamento entre primos cruzados ou entre duas famílias distintas, entre tios maternos e sobrinhas, sendo que, antigamente, os cônjuges eram escolhidos pelas famílias. No Tumiã, por exemplo, as famílias de Jeremias e Casimiro casam-se sistematicamente entre *xiwapurynyry* (SCHIEL, 2004). Atualmente, no Acimã também casam indivíduos da mesma metade, o que só é permitido agora, pois antigamente a quebra das regras matrimoniais resultava em perseguições e morte.

Portanto, ressaltamos que, em determinadas comunidades, os princípios de casamento não têm mais a mesma representatividade de antigamente, em virtude da perda de muitos traços da

cultura tradicional, que vem sendo constantemente substituída pela cultura da sociedade envolvente e, também, da dispersão geográfica das comunidades, uma vez que a divisão entre duas metades não implica a divisão espacial. As comunidades possuem tamanhos diferentes e nem sempre é possível encontrar pessoas das duas metades em uma mesma comunidade, o que leva ao casamento entre pessoas da mesma metade, e entre Apurinã e outras etnias, ou Apurinã e "brancos", exemplificado na figura 09 (página 38), por meio do casamento de Santos (Apurinã) e Maria (ribeirinha).

O sistema de metades também influencia na escolha dos nomes próprios na cultura Apurinã. Determinados nomes pertencem apenas a uma metade, e outros pertencem à outra metade. Aparentemente, não há um condicionamento para que um grupo de nomes pertença a uma determinada metade, os falantes parecem ter em mente quais nomes pertencem somente aos *Xiwapurynyry* e quais pertencem apenas aos *Měetymanety*. Contudo, atualmente, este conhecimento está se perdendo, somente os mais velhos sabem nomear corretamente os indivíduos.

Além da divisão social em metades, segundo Facundes (2000), os Apurinã estão organizados em um sistema de grupos endogâmicos menores, dentro dos quais, antigamente, o casamento era estimulado, no entanto, este traço não é mais tão presente nas comunidades, uma vez que boa parte do povo já não detém mais este conhecimento. O autor atestou a existência dos grupos *Ximawakury* (ou *kuwarynyry*); *Kyykyrywakury*; *Kaykyrywakury*; *Xikanywakury*; *Ymynywakury*; *Kamyrywakury*. A investigação acerca dos clãs Apurinã foi retomada posteriormente por Schiel (2008), que nomeou os clãs como “parentelas”. Na Seção a seguir, discutiremos a respeito de tais grupos.

2.2.2 As comunidades e os clãs Apurinã

As comunidades Apurinã formam-se a partir de um casal – uma família nuclear - que agrega seus parentes consanguíneos e afins. As casas, e até mesmo as aldeias, aparentemente, são estruturadas dessa maneira. Consoante Schiel (2004), as aldeias podem ser formadas também partindo da replicação desse núcleo básico familiar, isto é, várias moradias de irmãos e irmãs.

Essas são identificadas pela presença de uma liderança indígena, um agente de saúde ou de um professor.

As localidades também são referidas por grupos endogâmicos os quais foram denominados por Facundes (2000) como clãs. Conforme Ghasarian (1999), os membros de um clã possuem uma vaga ideia de suas origens. Os indivíduos clã sabem quem são seus ancestrais míticos, entretanto, não conseguem estabelecer o seu laço de parentesco com eles. Os clãs são formados por várias linhagens que, de acordo com o autor, são grupos de pessoas que conhecem seus laços genealógicos, pertencem a um passado comum e são capazes de demonstrar sua filiação. Segundo Ghasarian (1999), o clã reúne várias linhagens de descendência unilinear e a pertença a um determinado grupo dessa essência está na origem da solidariedade entre linhagens.

As filiações Apurinã são conhecidas pela figura de um antepassado, geralmente um homem, já falecido, ou idoso; este é um dado importante, visto que demarca a importância das gerações ascendentes na cultura Apurinã. Tais filiações formam os clãs cujas referências de seus nomes são um tanto confusas, pois alguns falantes relatam como nomes para designar os Apurinã, de modo geral, outros dizem que são sub-grupos entre os Apurinã e outros relacionam estes nomes a outros povos indígenas.

Schiel (2008) menciona como exemplo o relato de Camilo e de Amadeu; Camilo conta que todos os Apurinã são povo do calango, por exemplo, no entanto, Amadeu, morador da comunidade do Seruini, denominava a sua parentela e a parentela referência da comunidade do Tumiã como povo do papagaio, na língua, *Wawakuru* para os *Xiwapurynyry* e *Wawatuwakuru* para os *Měetymanety*. No entanto, durante coleta de dados com Valdimiro, liderança indígena do Itaboca, identificamos a possibilidade de *Wawakuru* e *Wawatukuru* serem nomes genéricos para pessoas da metade *Xiwapurynyry* e *Měetymanety*, respectivamente, de qualquer comunidade.

Tradicionalmente, os nomes das parentelas fazem referência ao nome de algum animal. Porém, na região do alto Purus, atestamos dois clãs que fogem a esta regra; provavelmente essa diferença entre alto e baixo Purus se deu com a migração. O colaborador Valdimiro diz que a parentela de seu pai (Osvaldo – *Iraria*, nome dele na língua), da região do Tawamirim, é conhecida como *Kukuruwãty* “o povo do alto”. Ele também menciona a parentela do Adriano, que é também a parentela de sua falecida mãe Conceição (*Yãkawa*, nome dela na língua), de *Kykywãty*, sendo que *kyky* na língua Apurinã significa ‘homem’. Nas palavras de Valdimiro:

“*Kukuruwāty* para nós é um povo graúdo, e *kykywāty* é um povo Apurinã miúdo e moreno, mais escuro, mas são todos povo Apurinã, só o que muda é essa diferença”. Valdimiro reporta, ainda, a existência do povo *Kemawakury* “o povo da anta”, *Kaikiriwakuri* “povo do jacaré” e *Ākitiwakury* “povo da onça”, povos inimigos de sua parentela.

De modo geral, as parentelas, as comunidades e as casas têm como referência uma figura masculina. Entretanto, em alguns locais, encontra-se uma mulher como referência (viúva ou separada), porém são casos incomuns. Durante uma das viagens de campo (realizada em 2016) tivemos a oportunidade de conhecer a cacique Nair Apurinã que é a representante e autoridade máxima na comunidade do São José, localizada na terra indígena Caititu, nos arredores de Lábrea-AM.

Nesta seção, apresentamos considerações acerca do sistema de parentesco Apurinã, no qual atestamos a existência da divisão da sociedade em duas metades matrimoniais exogâmicas – *xiwapuryry* e *mēetymanety* – as quais impõem regras matrimoniais e alimentares, bem como, vimos características acerca das comunidades Apurinã. A seguir, analisaremos a terminologia de parentesco Apurinã.

2.3. Termos de Parentesco em Apurinã

As subseções a seguir são destinadas ao tratamento dos dados referentes à terminologia de parentesco da língua Apurinã. Veremos também considerações acerca de características socioculturais atreladas a estes termos e características morfológicas deste grupo semântico.

2.3.1. Terminologia de Parentesco Apurinã

Um dos instrumentos fundamentais para que os pesquisadores compreendam os sistemas de parentesco e as trocas matrimoniais é a terminologia, a qual pode ser reveladora quanto às práticas sociais (RADCLIFFE-BROWN, 1952), pois é, especialmente, por meio da terminologia de parentesco que apreendemos as classificações dos parentes e as regras de comportamento correspondentes aos termos empregados pelos falantes.

Isto se deve ao fato de que é possível as regras matrimoniais exercerem influência sobre a terminologia parental, pois, segundo Ghasarian (1999), em grande parte das sociedades tradicionais, os indivíduos diferem, na terminologia, os parentes consanguíneos com os quais

podem ou não se casar e, do mesmo modo, podem diferir sogros e cunhados em potencial, conforme ocorre em Apurinã, por exemplo. A seguir, veremos que os termos de parentesco da língua Apurinã, em numerosas comunidades, ainda estão diretamente atrelados a tais prescrições e proibições matrimoniais.

A terminologia de parentesco Apurinã apresenta diferentes critérios de distinção, dos quais falaremos mais adiante. No entanto, para fins de organização dos dados, estruturamos a terminologia de parentesco da língua em quadros, conforme dois parâmetros: a) termos de parentesco referenciais e de tratamento; b) parentes biológicos e afins.

Os critérios aqui adotados foram postulados tanto pela linguística antropológica, quanto pela antropologia. Para a linguística, os termos de tratamento equivalem ao vocativo. Contudo, para a linguística antropológica, os termos de tratamento têm uma função mais específica, uma vez que se restringem aos termos familiares, os quais denominam os progenitores e outros parentes de forma afetiva. Já os termos referenciais, segundo Ghasarian (1999), são termos sociais que denominam o parente de quem se fala.

Na antropologia do parentesco, em geral, é comum o emprego do termo “consanguíneo” em vez de “biológico”, entretanto, cada sociedade vive a consanguinidade à sua maneira e, em certos casos, esta não corresponde aos laços sanguíneos. Observaremos nos quadros abaixo que os parentes cruzados (não considerados como consanguíneos para os Apurinã, uma vez que não pertencem à mesma metade) e os parentes paralelos estão inseridos em um mesmo quadro, em virtude disso, propusemos o termo “biológico” para uma descrição mais organizada da terminologia de parentesco.

Nos quadros abaixo, apresentaremos os termos que compõem a terminologia de parentesco na língua Apurinã. Nos Quadros 1 e 2, mostraremos os termos referenciais de parentes consanguíneos e afins:

Quadro 01: Termos Referenciais – Parentesco Biológico

| NOME EM PORTUGUÊS | BASE NOMINAL EM APURINÃ¹ |
|--------------------------|--------------------------------------------|
|--------------------------|--------------------------------------------|

¹Os nomes em Apurinã deste quadro, têm a posse enquanto parte de sua entrada lexical, ocorrendo sempre com a expressão de um possuidor nominal ou pronominal. Nos quadros, omitiu-se esse possuidor obrigatório e manteve-se apenas a base nominal de cada termo de parentesco.

| | |
|-------------------------------------------------------------|--------------------|
| irmão/primo (filho do tio paterno/mãe materna) | Ithary |
| irmã/prima (filha do tio paterno/ da mãe materna) | Itharu |
| irmão mais velho | nhithary kiumãtxi |
| primo (filho da tia paterna/tio materno) | eremany/ikemanery |
| prima (filha da tia paterna/tio materno) | utiinuru/ikemaneru |
| | |
| Pai | Yry |
| irmão do pai | Yry |
| irmã do pai | Imatykyru |
| mãe | Ynyru |
| irmã da mãe | Ynyru |
| irmão da mãe | imatykyry/ikũkyry |
| primo do pai ou da mãe *os Apurinã chamam de segundo tio | Ikũkyry |
| avó | Akyru |
| avô | Atukyry |
| bisavó | apikumunhi atukyry |
| bisavô | apikumunhi atukyru |
| sobrinho | utine/eãtanery |
| sobrinha | utiinuru/eãtaneru |
| neto | Mekanhiry |
| neta | Mekanhiru |
| filho(a) | amaryte/imi |
| filho mais velho | amaryte enekary |

A seguir, demonstraremos os termos de parentesco de afinidade, isto é, os nomes que denominam os parentes adquiridos por meio do matrimônio.

Quadro 02: Termos Referenciais – Parentesco Afim

| NOME EM PORTUGUES | BASE NOMINAL EM APURINA |
|--------------------------|--------------------------------|
| Marido | Tanyry |
| Esposa | Tanyru |
| Cunhada | ikeru/ikemaneru/minapare |
| Cunhado | ikery/ikemanery/ |
| Sogro | Imatykyry/ ikũkyry |
| Sogra | Imatykyru |
| Nora | ikyry/tiinuru |
| Genro | Tine |
| Padrasto | Yrytanyry |
| Madrasta | Ynyrutanyru |
| Enteado | Paãtanery |
| Enteada | Paãtaneru |

No quadro 03, constam os termos de tratamento.

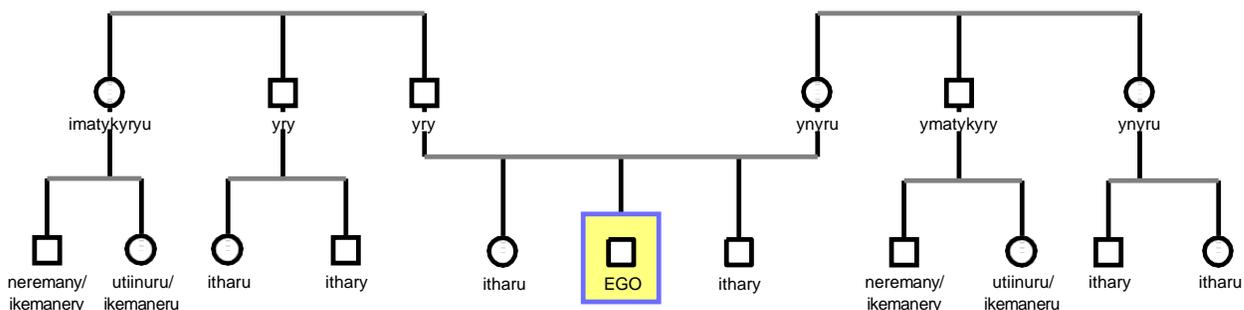
Quadro 03: Termos de Tratamento – Vocativos

| NOME EM PORTUGUES | BASE NOMINAL EM APURINA |
|------------------------|-------------------------|
| mamãe/titia | nanu/nenu/natu |
| papai/titio | Paty |
| Vovó | Kyru |
| Vovô | Tuty |
| primo do pai ou da mãe | Kûku |

Mediante a observação dos Quadros acima, concluímos que a terminologia de parentesco na língua Apurinã é do tipo fusão bifurcada, isto é, terminologias nas quais os falantes empregam o mesmo termo para o pai (F) e o irmão do pai (FB), um outro termo para a mãe (M) e as irmãs da mãe (MZ), e termos diferentes para a irmã do pai (FZ) e o irmão da mãe (MB), o que se caracteriza pelas equações $F=FB \neq MB$ e $M=MZ \neq FZ$; em outras palavras, há fusão os parentes lineares (pai e mãe) e colaterais (tio e tia) de mesmo sexo. Além da distinção entre tios paralelos e cruzados, tanto do lado paterno quanto materno, os falantes da língua também diferem na terminologia, conforme veremos mais detalhadamente a seguir, os primos paralelos e cruzados, o que, para Batalha (1995), são condições para classificarmos uma terminologia de parentesco como iroquesa.

Na Figura a seguir, mostraremos como está situada a terminologia de parentesco Apurinã no cruzamento do tipo Iroquês.

Figura 10: Termos de Parentesco Apurinã no Modelo Iroquês



Vista a classificação da terminologia de parentesco no modelo Iroquês e os itens lexicais que compõem este grupo semântico em Apurinã, ressaltamos que alguns critérios atuam na distinção desses; são eles:

- a) consanguinidade e afinidade;
- b) sexo do parente;
- c) geração do parente em relação ao ego;
- d) o pertencimento do parente a uma determinada metade (exceto os avós, os filhos e netos).

O critério da geração do parente em relação ao ego subdivide-se em cinco categorias: geração do ego (G 0), primeira geração ascendente (G+1), segunda geração ascendente (G+2), primeira geração descendente (G-1) e segunda geração descendente (G-2) (ver página 24). Adiante, discutiremos a respeito da geração de ego, primeira geração ascendente e primeira geração descendente.

No parâmetro G0, isto é, na geração do ego, incluem-se os irmãos e irmãs, os colaterais de primeiro e segundo grau, os irmãos do cônjuge e o cônjuge de ego (aliados). Notamos, nesta geração, que os termos *-ithary* e *-itharu* são utilizados para designar o irmão e a irmã de ego, respectivamente e, para designar os primos e primas paralelos. Isso acontece porque, neste sistema, há diferença nas relações sociais entre primos paralelos e cruzados. Entre os Apurinã, não é permitido o casamento de primos paralelos, ou seja, filhos da irmã da mãe e filhos do irmão do pai de *ego*, pois esses indivíduos pertencem à mesma metade de ego.

A organização social dos Apurinã tem relações estreitas com a terminologia de parentesco. Observa-se que o casamento é permitido com os primos cruzados, pois pertencem a metades diferentes, estes são chamados de *-ikemanery/ru*, *-neremane* (masc.), sendo que os mesmos termos se estendem para os cunhados(as).

Conforme vimos nos Quadros 1 e 2, os nomes *-utine* e *-uikyry/-utiinuru* denominam os sobrinhos e concomitantemente os genros e noras, pois o sistema de parentesco torna os descendentes da irmã do indivíduo (se o ego for masculino) e do irmão do indivíduo (se o ego for feminino) possíveis genros e noras.

O mesmo ocorre na primeira geração ascendente, na qual se encontram o pai, a mãe, os tios, e os sogros (parentesco afim). Na língua, a nomenclatura para designar a mãe de ego, *-ynyru* (termo referencial) ou *natu/nanu/nenu/nenuru* (vocativo), é a mesma para a irmã da mãe. O mesmo fenômeno estende-se para o pai de ego, *-yry*, e os seus irmãos. Contudo, os irmãos da mãe e as irmãs do pai de ego – parentes cruzados – são referenciados como *-imatykyry* ou *-imatykyru*, termos que também designam o sogro e a sogra de ego, respectivamente. Novamente, esse fenômeno ocorre devido às prescrições de casamento, que não permitem o matrimônio entre membros da mesma metade, logo, apenas os tios cruzados são sogros ou sogras em potencial.

Provavelmente, os termos para pai/tio e mãe/tia têm correspondência com a representação desses parentes na vida do indivíduo. Ao longo das coletas de dados, constatamos que os tios e tias desempenham um papel tão importante na vida dos sobrinhos quanto os pais, e têm grande influência nas decisões importantes da vida dos sobrinhos, como, por exemplo, a concessão do casamento. Esse fenômeno pode ser influenciado também pela poligamia, pois em certas comunidades o pai do indivíduo pode casar-se com uma mulher e suas irmãs, e elas acabam participando ativamente na criação de seus sobrinhos, principalmente quando uma das irmãs morre, segundo dados levantados e observados durante a pesquisa de campo.

Outro aspecto importante quanto à terminologia de parentesco é que, em algumas comunidades, os falantes não distinguem terminologicamente os parentes paralelos e cruzados. Por exemplo, o termo *-ynyru* que deveria denominar somente a mãe e a irmã da mãe, em certas comunidades, denomina a irmã do pai de ego. O mesmo ocorre com os termos *-ithary* e *-itharu*, que, de acordo com a regra de nomenclatura de parentes paralelos, deveria designar apenas os irmãos e os primos paralelos (descendentes do tio paterno e da tia materna de ego), em algumas localidades, nomeiam também os primos cruzados.

No entanto, embora alguns falantes não façam mais a distinção terminológica de parentes paralelos e cruzados, percebemos que a distinção social desses parentes permanece. Esse aspecto provavelmente é um caso isolado, visto que, isso iria contra a tendência de a mudança cultural preceder a mudança linguística, segundo a hipótese de Sapir e Whorf. A não distinção desses parentes na terminologia, aparentemente, é motivada pelo intenso contato dos Apurinã com o português, pois, conforme vimos no início do presente capítulo, o contato com o português se deu de forma tão intensa que muitos já nem falam mais a língua de seu povo.

Levantamos esta hipótese, considerando o perfil das comunidades dos falantes que distinguem e não distinguem tais parentes. Os colaboradores Nair Apurinã e Paulo Brasil que vivem nas comunidades São José e Vila Nora, respectivamente, são exemplos de falantes que não fazem a distinção dos parentes na terminologia. Ambas as aldeias são localizadas na terra indígena Caititu, que é situada praticamente dentro da cidade, e, por esse motivo, apresenta um intenso contato linguístico com a sociedade envolvente. Em contrapartida, os colaboradores Sandra, Dalzira e João Cabral, moradores da comunidade do Acimã, diferenciam paralelos e cruzados na terminologia. O colaborador Abel, do Tumiã, também faz a distinção. Ambas as comunidades são afastadas da cidade e ainda possuem muitos falantes da língua Apurinã e, inclusive, o Tumiã é uma aldeia onde o contato com os não índios se deu recentemente e a de seus membros não fala o português. Contudo, apesar desta diferença na distinção terminológica entre paralelos e cruzados, vimos que as comunidades ainda discriminam tais relações sociais e, do mesmo modo, reconhecem que os parentes cruzados pertencem a metades diferentes e, por isso são aliados em potencial.

Explicitamos, na presente seção, questões concernentes à terminologia de parentesco na língua Apurinã, bem como a relação desta com o sistema de parentesco em si. A seguir, identificaremos aspectos da morfologia dos termos que compõem esta classe de nomes em Apurinã.

2.3.2. Morfologia dos Termos de Parentesco em Apurinã

Os termos de parentesco estão inseridos na categoria de nomes em Apurinã, no entanto, estes apresentam algumas características especiais em relação aos demais grupos semânticos de nomes na língua. Os nomes na língua foram descritos por diferentes autores, os quais postularam diferentes propostas (cf.: FACUNDES, 1995 e 2000; BRANDÃO, 2006; FACUNDES e FREITAS, 2013). Segunda a proposta mais recente, de Freitas (2017), os nomes simples² nesta língua encontram-se classificados em alienáveis, inalienáveis e nomes não possuíveis.

A (in)alienabilidade dos nomes em Apurinã é definida em termos de seus diferentes padrões de marcação morfológica (FACUNDES, 2000) e de sua frequência de uso na forma

possuída (FREITAS, 2017). Desta feita, nomes inalienáveis são aqueles não marcados em sua forma possuída e que ocorrem muito mais frequentemente possuídos do que não possuídos, enquanto os alienáveis são aqueles marcados na forma possuída e que ocorrem mais frequentemente não possuídos do que possuídos, em comparação aos inalienáveis (FREITAS, 2017).

Segundo Facundes (2000, análise também seguida por FREITAS, 2017), a posse obrigatória faz parte da entrada lexical dos nomes inalienáveis. Casos em que tais nomes ocorrem não possuídos são aqueles em contexto de vocativo, em que o falante é interpretado como o possuidor. Semanticamente, partes do corpo ou termos relacionados, produzidos pelo corpo, partes de plantas, termos de parentesco, entre alguns outros conceitos, se inscrevem na classe dos inalienáveis.

No interior dos inalienáveis há uma subdivisão, segundo a qual certos nomes podem ocorrer em sua forma não possuída pelo acréscimo do sufixo *-txi*, que “anula” o status de obrigatoriamente possuído de um subgrupo de nomes inalienáveis. Em sua maioria, os nomes que recebem *-txi* correspondem semanticamente a: i) partes do corpo, por exemplo, *ny-kywy* (1sg-cabeça.de³) ‘minha cabeça’ em oposição a *kywĩ-txi* (cabeça.de-n.possd) ‘cabeça’; ii) elementos relacionados ou produzidos pelo corpo, por exemplo, *ny-êrêka* (1sg-sangue.de) ‘meu sangue, em comparação a *erêka-txi* (sangue.de-n.possd) ‘sangue’; iii) certos objetos de uso pessoal, por exemplo, *nhi-thapu* (1sg-arco.de) ‘meu arco’, comparado a *thapu-txi* (arco.de-n.possd) ‘arco’; iv) e alguns poucos nomes abstratos, por exemplo, *ny-parĩka* (1sg-trabalho.de) ‘meu trabalho’, em comparação a *parĩka-txi* (trabalho.de-n.possd) ‘trabalho’.

Os termos de parentesco estão totalmente excluídos dessa subclasse de inalienáveis, uma vez que jamais ocorrem com o sufixo *-txi*, sendo que formas como **yri-txi* (pai.de-n.possd) (pai) ou **atukyri-txi* (avô.de-n.possd) (avô) são agramaticais. A morfologia dos termos de parentesco não permite que estes ocorram na forma não possuída, exceto nos vocativos, aparentemente, este campo semântico possui um status diferenciado na língua, possivelmente sendo o parentesco algo “inseparável” ou “intransferível” para os falantes da língua, como se, entre os inalienáveis, os

²Na língua, observa-se, em um primeiro nível, a distinção entre nomes simples, nomes compostos e nomes derivados de outras categorias (para mais informação, ver FACUNDES, 2000 e FREITAS, 2017).

³Glossamos todos os inalienáveis tal como em *n-kywy* (1sg.cabeça.de) ‘meu pai’, com “de”, para evidenciar que a posse faz parte da entrada lexical de todos os nomes que se inscrevem nessa categoria.

termos de parentesco formassem aquele subconjunto de nomes cuja posse é o mais inerente possível, com relação a seu possuidor.

Além da marcação de posse, os itens lexicais desta terminologia são compostos por raiz, marca de gênero e marca de plural, quando a concordância exige; já os vocativos são formados apenas por raiz e marca de gênero, conforme veremos nos exemplos abaixo.

(a) nh-itha-ry-wakury

1SG-IRMÃO-M-PLURAL

‘meus irmãos’

(b) nu-mekanhi-ru

1SG-NETA-F

‘MINHA NETA’

(c) pat-y

PAPAI-M

(d) ky - ru

VOVÓ-F

‘VOVÓ’

Identificamos, no entanto, um item que se diferencia dos demais, pois trata-se de uma construção acrescida de partícula relativizadora, como em *amaryte enekary* ‘filho mais velho’. A relativização é uma das operações que atuam na combinação entre orações simples para produzir orações complexas ou independentes na língua Apurinã (FACUNDES 2006). No entanto, tais funções, associadas a processos sintáticos, são expressas morfologicamente. No item mencionado, vimos o morfema relativizador *-kary*, que conota origem/fonte. No vocábulo *namaryte enekary*, o morfema *-ene* corresponde ao verbo “crescer”, e quando acrescido do morfema *-kary* passa a significar “que cresce”. O termo *amaryte*, o qual é marcado pelo sufixo *-te*, que indica posse alienável. Atestamos que *amary* significa “criança”, contudo, quando essa raiz vem acompanhada da marca de posse *-te*, passa a se comportar como um nome alienavelmente possuído, fugindo da regra dos nomes de parentesco, já que estes são inalienáveis.

Do ponto de vista gramatical, os termos de parentesco constituem uma classe

extremamente fechada de nomes, definida por padrões de marcação morfológica bem evidente. Nessa perspectiva, os termos de parentesco caracterizam-se como uma subclasse de nomes inalienavelmente possuídos, uma vez que têm a posse como parte de sua entrada lexical; tais nomes também jamais ocorrem sem a marcação pronominal de possuidor e abrem mão de qualquer marcação de posse adicional (como aqueles nomes que ocorrem com o sufixo *-txi*, por exemplo), conforme vimos mais detalhadamente no início da seção. Contudo, salientamos que consideramos os termos de parentesco do ponto de vista semântico e das relações sociais, como uma classe que se refere a pessoas com as quais os indivíduos têm algum laço de parentesco. Do contrário, construções do tipo *namaryte enekary* ou o termo *namaryte* não poderiam ser consideradas termos de parentesco e sim construções e nomes genéricos para dizer ‘minha criança mais velha’ ou ‘criança’, respectivamente; todavia, como são termos que servem para expressar relações de parentesco na língua, incluímos na análise.

Os termos *nuiMATYkyry* e *nykõkyry* também se diferem dos demais, pois possuem o morfema *-ky*, que é marcado na língua como um nome classificatório usado para designar elementos pequenos, no entanto, talvez esta forma já esteja lexicalizada na língua, isto é, no estágio atual do Apurinã, não há como analisar a forma sincronicamente.

Nesta seção examinamos a morfologia da terminologia de parentesco em Apurinã quanto a sua (in)alienabilidade, verificamos que tais termos estão inseridos na categoria de nomes inalienáveis em Apurinã. Demonstramos também que, além da posse, os termos de parentesco são formados por raiz, marca de gênero e marca de plural, quando necessário.

2. 4. A influência de questões ligadas ao Parentesco nos Movimentos Migratórios Apurinã: algumas reflexões

A presente seção não está diretamente relacionada ao escopo do presente trabalho, mas, em certa medida, tangencia o tema desta pesquisa, trazendo informações adicionais acerca de

questões ligadas ao parentesco em Apurinã de um ponto de vista mais “sociológico”, como algo adicional, que poderá vir a ser tópico de estudos futuros.

Conforme vimos anteriormente, na seção 2.1, atores como conflitos internos, vinganças motivadas por tais brigas, surgimento de epidemias e morte de algum ente querido contribuem para o fluxo migratório do povo Apurinã, segundo Facundes (2000). Outra forte influência, da qual falaremos nesta seção, é a relação de parentesco. A seguir, mostraremos alguns relatos que evidenciam esta característica social, e, para preservar da identidade desses indivíduos, uma vez que se tratam de histórias delicadas e pessoais, substituímos os nomes dos falantes por “Colaborador”.

As primeiras evidências da relação entre migração e relações de parentesco surgiram em observações informais do dia a dia nas comunidades, durante viagens de campo realizadas por Facundes, que há quase 30 anos vem pesquisando a língua e a cultura Apurinã. O pesquisador costumava gravar relatos pessoais sobre a história de vida dos falantes. Entre tais relatos, temos o registro da história de vida do Colaborador 1, morador da comunidade do Japiim, situada no Rio Pacιά; o colaborador conta a seguinte história: “eu vim morar com o meu primo Colaborador 2...”, e, nas palavras do Colaborador 2, membro da mesma comunidade, “ Eu vim morar com o meu xarapiã...”. O Colaborador 2 se referia ao seu primo Colaborador 3. Então, ambos colaboradores optaram por migrarem para o Japiim pois lá viviam seus primos. Esses e outros relatos indicam que é comum os Apurinã optarem se mudar para comunidades em que já tem algum parente morando, geralmente, são comunidades habitadas pelos primos.

Contudo, de acordo com Facundes (em comunicação pessoal), o critério para a escolha de uma nova comunidade para morar não é tão somente ter algum parente em tal local; os Apurinã relatam que também escolhem mudar-se para uma outra comunidade quando ela se encontra registrada na memória oral como terra dos seus antepassados, terra de origem dos mais antigos.

No Quadro a seguir, mostraremos o caso do Colaborador 3, que é um exemplo de deslocamento de família. A família Colaborador 3, segundo Facundes, saiu do Rio Peneri, no Município de Pauini, para a cidade de Lábrea, após um incidente que causou a morte de um dos seus filhos. Ele conta que decidiu migrar para a cidade porque seu pai relatava histórias de como os seus antepassados haviam habitado aquela região. O Colaborador 3 reportou também que os locais encontrados na região estavam de acordo com as histórias contadas pelo pai. Ao chegar no

município, o Colaborador fundou uma comunidade nas proximidades do Rio Caititu, no entanto, depois disso mudou-se para o Rio Pacιά, situado na mesma região, após outro incidente que provocou a morte de um filho, de sua esposa e de uma freira vinculada à igreja católica de Lábrea.

No mesmo quadro, temos o caso Colaborador 1, que, por sua vez, reporta que ele e a família saíram do Rio Seruini para Nova Fortaleza, após um conflito envolvendo seu filho e uma missionária na antiga comunidade. Colaborador 1 migrou para a margem do Rio Purus, onde fundou a comunidade Vista Alegre, juntamente com seus filhos e irmãos e, após isso, fundou a comunidade chamada Terrinha, situada no Lago Marahã, localidade também habitada por comunidades Paumari, onde, segundo os mais velhos dessa família, havia sido habitada pelos seus antepassados.

Outro relato que ilustra nossa hipótese é o do Colaborador 4, que migrou da comunidade do Acimã para a comunidade Nova Fortaleza, onde morava a mãe da sua esposa. Posteriormente, ele e a família migraram para uma comunidade no Caititu, onde, segundo relatam, haviam habitado seus ancestrais.

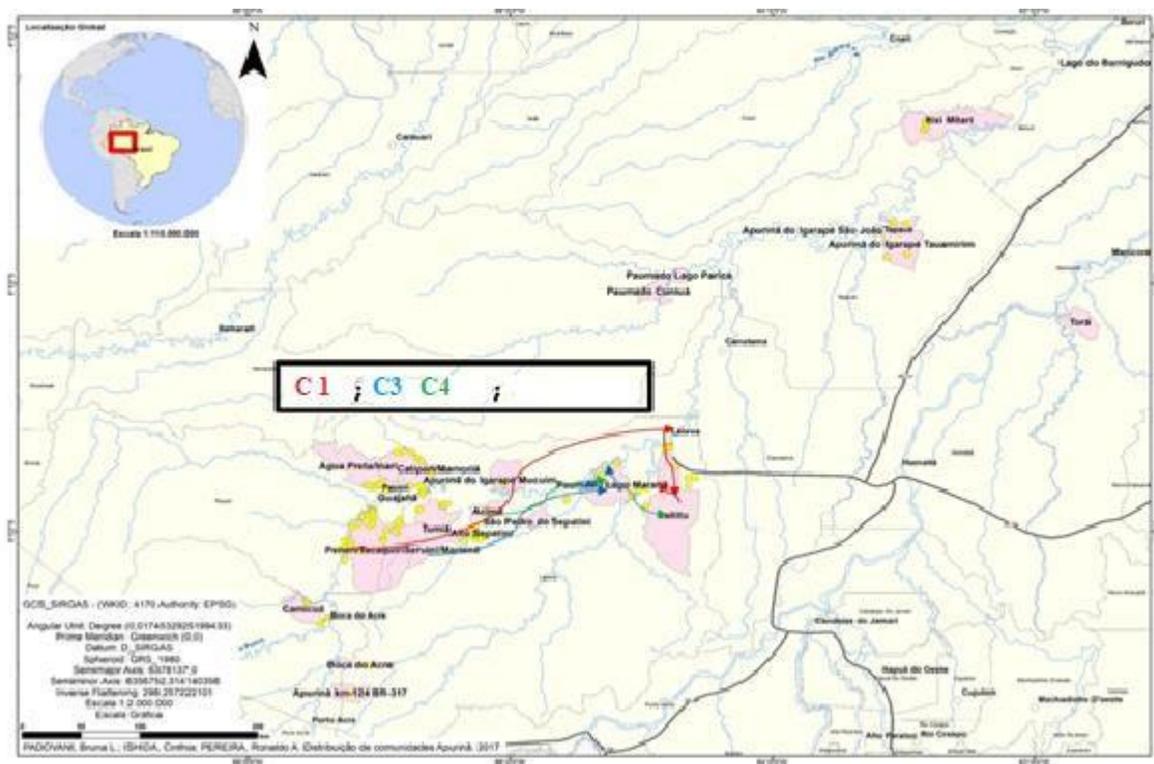
No Quadro 04, ilustraremos o deslocamento dos Colaboradores 1, 3 e 4 para diferentes comunidades.

Quadro 4: Instâncias de deslocamentos familiares

| | Colaborador 1 | Colaborador 3 | Colaborador 4 |
|-------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Origem | Rio Seruini | Peneri | Acimã |
| Destino 01 | Nova Fortaleza | Lábrea | Nova Fortaleza |
| Destino 02 | Vista Alegre | Caititu | Caititu |
| Destino 03 | Terrinha | Rio Pacιά | |

A seguir, identificaremos no mapa o percurso de migração das famílias dos Colaboradores 1,3 e 4.

Figura 11: Base geral das T.I. da Etnia Apurinã



Fonte: Elaborado por Bruna Padovani, Cinthia Ishida e Ronaldo Pereira (2017, adaptado pela autora)

Nos 3 casos sistematizados no quadro 4, acima, temos a terra ancestral como destino de uma das migrações realizadas pelos Colaboradores 1, 3 e 4. Poder-se-ia propor a hipótese de que o fato de saberem ter sido de seus parentes mais antigos uma determinada terra seria um outro fator a ser considerado enquanto motivador para o fluxo migratório dos Apurinã. Assim, não só a presença de um parente habitando determinada comunidade poderia vir a motivar os Apurinã a migrarem para tal comunidade, como também, em se tratando da terra de seus antepassados, mesmo que esses antepassados já não estejam mais na terra, o fato de terem habitado lá já seria uma motivação possível para que a migração acontecesse.

O terceiro e último elemento relacionado ao sistema de parentesco que deve ser notado como relevante para os deslocamentos migratórios dos Apurinã envolve o sistema de metades matrimoniais dos Apurinã, o que não é menos importante. Como foi dito neste capítulo, os Apurinã são divididos em metades matrimoniais exogâmicas, *Xiwapurynyry* e *Mëetymanety*; contudo, esta distribuição em metades não implica na organização das comunidades. É comum a desproporção das duas metades em uma determinada comunidade, o que ocasiona a migração das

pessoas para outras comunidades, a fim de encontrarem parceiros para o matrimônio que sejam de outra metade.

Ressaltamos que as considerações contidas nesta seção são parte de uma pesquisa em andamento e constituem resultados que, embora preliminares, são também fortes indicadores do papel das relações de parentesco nas escolhas que os Apurinã fazem sobre para onde migrar.

CAPÍTULO III: TERMINOLOGIA E ORGANIZAÇÃO PARENTAL PAUMARI

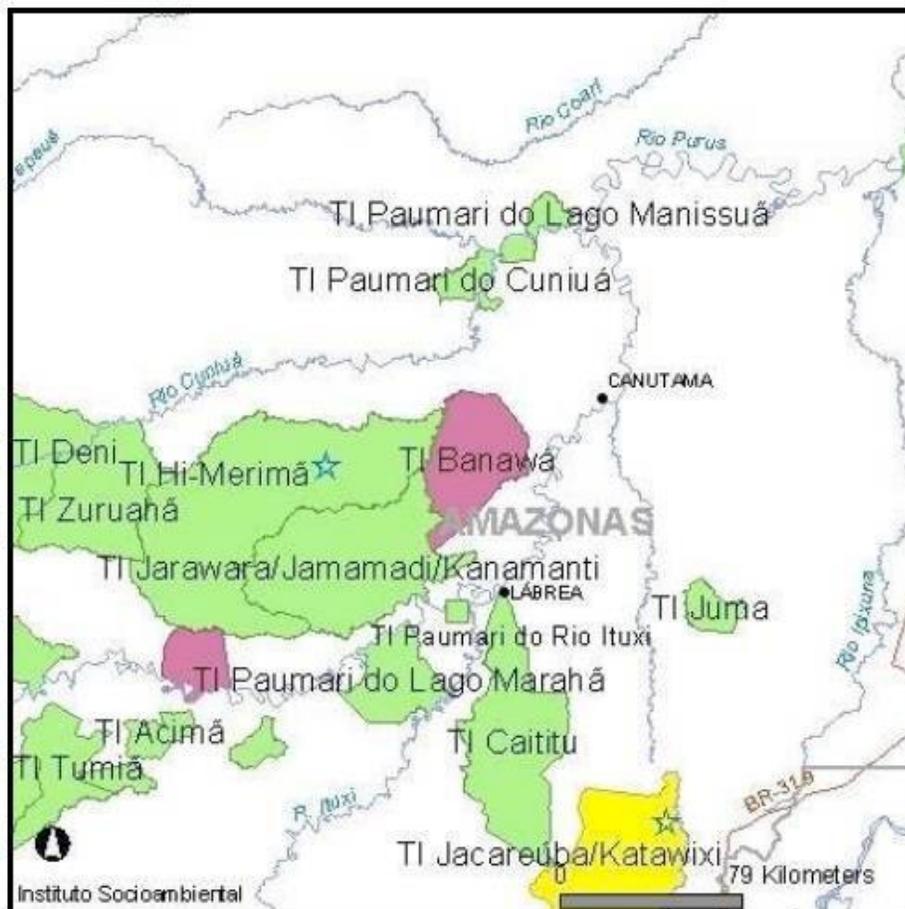
3.1. Considerações sobre o Povo e a Língua Paumari

3.1.1. Localização e Aspectos Socioculturais

O povo Paumari se autodenomina como *Pamoari*, que significa “pessoa”, “povo”, “homem” ou “freguês”, sendo o último relacionado com as relações entre os Paumari e os comerciantes da região, segundo Bonilla (2005). No entanto, durante a comunicação com os brancos (que na língua são chamados de *Jara*) e com indígenas de outras etnias, eles utilizam o nome Paumari. Na literatura acerca do povo, também encontramos os nomes Wayai, Yja’ari, Palmari, Pamarí, Pammari, Purupuru e Kurukurú.

Os Paumari, de acordo com o Siasi/ Sesai (2014), possui uma população estimada em 1804 pessoas, distribuída, principalmente, na bacia do médio Purus e em seus afluentes, no sul do estado do Amazonas. Conforme o Instituto Socioambiental, os Paumari vivem no município de Lábrea (AM) e também ocupam as terras indígenas Paumari do Lago Manissuã, onde são os únicos habitantes; a Terras Indígena Caititu, onde dividem espaço com os Jamamadi e os Apurinã; as Terras Indígenas Paumari do Cuniá e Paumari do Lago Paricá, nas quais também vivem os Katukina e os Apurinã; TI Paumari do Rio e Ituxi, ocupada também pelos Katukina; e a TI Paumari do Lago Marahã, onde também vive uma parcela do povo Apurinã. Na figura a seguir, apresentaremos o mapa com a localização das terras indígenas ocupadas pelo povo Paumari.

Figura 12: Localização das Terras Indígenas Paumari



Fonte: Instituto Socioambiental (*apud* Bonilla,2007, p.18)

As aldeias são preferencialmente construídas nas margens dos rios, em lagos e várzeas ao longo do rio Purus. Em registros mais antigos, como de Ehrenreich (1948), constam descrições dos Paumari vivendo em pequenos conjuntos de habitações em palafitas; segundo tais documentos, também era comum a construção de casas na terra firme, ocupadas geralmente no inverno; e a moradia nos “flutuantes” (*ava'doro*), uma espécie de balsa que pode ser removida conforme a vontade do morador. Hoje, ainda existem os flutuantes, contudo, a maior parte das casas são construídas seguindo o modelo regional.

Ao contrário dos demais grupos Aruá, os quais são habitantes da terra firme e exímios caçadores e horticultores, os Paumari possuem um modo de vida voltado para o componente aquático, segundo Bonilla (2005). Além das habitações às proximidades de rios e igarapés, o seu auto-sustento principal está voltado para a pesca e, ademais, de acordo com o relato de Chandless

(1949), os Paumari eram excelentes canoeiros, mergulhadores e nadadores. Em textos mais recentes, também há relatos de atividades agrícolas; conforme Schroder (2000), os Paumari plantam cerca de 30 espécies diferentes, como batata-doce, milho, jerimum, feijão, entre outros.

Outro fato significativo sobre os Paumari é a resistência de muitos elementos da cultura tradicional que, apesar do histórico de contato com os “brancos”, ainda permanecem vivos. Ressaltamos, entre eles, a cestaria Paumari, feita exclusivamente pelas mulheres; confeccionada com palha de Arumã e com talo de bacaba; a confecção de objetos da cultura material como arpões, arcos, remos, etc.; a pintura corporal (muito presentes nos rituais); e os rituais *ihinika* e *amamanjo*.

O *ihinika* é uma celebração pela qual passam todos os bebês, nele é realizada a apresentação da alma dos infantes aos espíritos dos alimentos; durante a festa, a mãe fornece o primeiro alimento à criança, antes disso, elas só podem se alimentar do leite materno. Na celebração, a mãe também pode pedir a sugestão de nomes aos espíritos para a criança. É possível também que as mães escolham os nomes das crianças durante a gestação; quando fazem a ingestão de seu primeiro desejo, o nome do alimento torna-se o nome da criança, daí a razão de muitos Paumari terem nome de frutas e animais.

A vida das mulheres Paumari é marcada por uma intensa ritualização. Antes do casamento, elas são submetidas a um ritual de passagem da infância para a vida adulta, o *amamanjo*. O ritual acontece após a menarca, nele as moças ficam reclusas, sem contato com homens e com o chão; para isto, ficam protegidas embaixo de esteiras confeccionadas exclusivamente para esta finalidade, segundo Bonilla (2005). O fim deste ciclo é marcado por uma grande festa. Após o ritual, a mulher é autorizada a se casar.

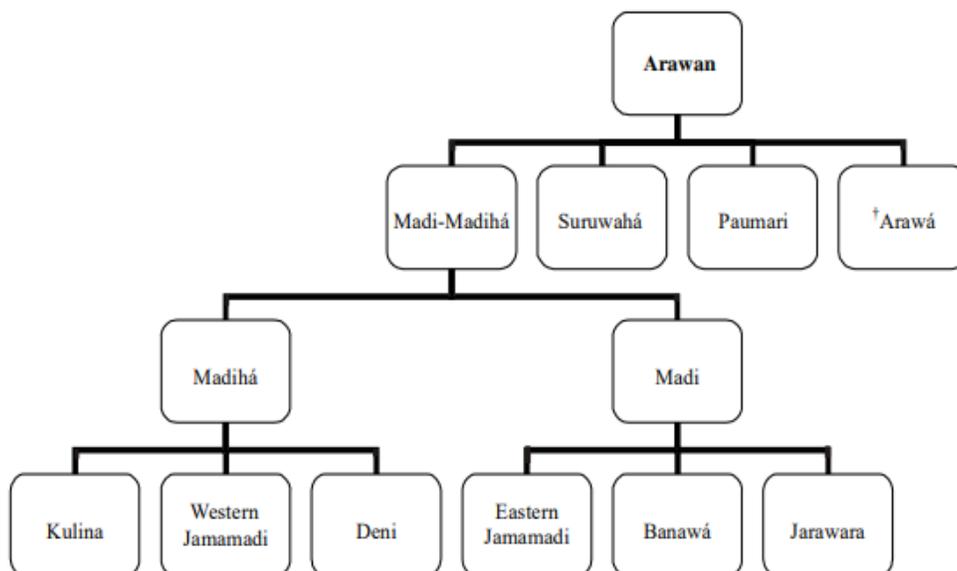
Quanto ao histórico de contato, segundo o ISA (2011), o povo foi explorado, no período da exploração das drogas do sertão, pelo coronel Labre – fundador da cidade de Lábrea que foi fundada em um território Paumari –, como produtores de borracha e fornecedores de peixes e quelônios. Não há na literatura registros de perseguições armadas contra os Paumari, uma vez que eles não ofereceram forte resistência ao sistema estabelecido na Amazônia naquele período.

3.1.2. A língua Paumari e a filiação genética: A família linguística Aruá

Segundo Dixon (1999), a família Aruá é composta por cinco línguas. São elas: a língua Madi, falada por três povos, cada um com seu dialeto: Jamamandi, Jarawara e Banawá; a língua Zuruahã; Dixon postulou que as línguas Deni e Kulina são dialetos de uma mesma língua, formando, segundo o autor, o subgrupo Deni-Kulina; e a língua Paumari. Uma quinta língua, denominada Aruá, a qual deu origem ao nome da família, em algum momento já esteve incluída neste quadro, no entanto, foi extinta, conforme o autor. Esses povos habitam às proximidades dos rios Juruá e Purus, no estado do Amazonas, com exceção dos Kulina, que se encontram espalhados desde o Acre até o Peru.

Para Dienst (2008), existem dois dialetos Jamamadi, um que pertence ao subgrupo Madihá, denominado por ele como Jamamadi Ocidental, o cujos falantes vivem às proximidades dos municípios de Boca do Acre e Pauini; e outro denominado como Jamamadi Oriental, que pertence ao grupo Madi, cujos falantes vivem na região do município de Lábrea. Na figura a seguir, plotamos a proposta de Dienst (2008), na qual Deni, Kulina e Jamamadi Ocidental formam o subgrupo Madi, enquanto Jamamadi Oriental, Banawá e Jarawara formam o subgrupo Madi, ambos sobrepostos a um grupo maior chamado Madi-Madihá.

Figura 13: Línguas da Família Aruá – Proposta de Dienst (2008)



Fonte: Dienst (2008, p. 62)

As línguas Aruá constituem um pequeno grupo de línguas sobre as quais pouco temos conhecimento, uma vez que são poucos os estudos linguísticos realizados nesta família. Apenas as línguas Deni, Kulina e Jarawara contam com uma descrição morfossintática mais aprofundada, tais trabalhos foram realizados por Carvalho (2017), Dienst (2014) e Dixon (2004), respectivamente. Nas línguas Banawá e Jamamadi há trabalhos realizados por missionários e por antropólogos acerca de aspectos linguísticos. Pouco sabemos sobre os Zuruwahá, já que o contato se deu relativamente recentemente, segundo Dienst (2008), em meados de 1980, há poucos trabalhos desenvolvidos no âmbito da antropologia, e apenas uma descrição preliminar da fonologia da língua elaborada por Suzuki (1995). Sobre a língua Paumari, há a descrição de aspectos gramaticais no dicionário da língua, elaborado pelas missionárias Chapman e Salzer (1991); contudo, não há uma descrição aprofundada e sistemática da língua.

O povo Paumari denomina sua língua como *Pamoari*, mesma denominação usada para as pessoas pertencentes a esta etnia. Os falantes da língua são bilíngues, falam tanto a língua materna quanto o português, sendo que, em muitas ocasiões, misturam ambas as línguas, formando uma espécie de *pidgin* não inteligível aos que não têm o domínio do Paumari, segundo Bonilla (2004).

Os Paumari relatam que sua língua tem sido gradativamente desvalorizada, principalmente pela nova geração que vive no meio urbano, que majoritariamente usa o português em detrimento da língua materna. O povo demonstra um forte interesse por atividades que ressaltem o valor da língua e que a mantenham viva e, por isso, vêm desenvolvendo atividades como o Campeonato da Língua Paumari, que ocorre desde 2014, e tem como objetivo o engajamento de diferentes gerações em um evento que promove o diálogo na língua. O evento reúne atividades como: oficinas de cestaria, vestuário e pintura tradicionais, torneios de contações de histórias e cantos na língua materna, o que tem sido positivo para o estímulo da manutenção da língua.

Outra iniciativa que visa estimular o uso da língua indígena é o programa “Eu Sou Bilíngue”, no qual os professores ensinam as línguas Paumari e Apurinã aos indígenas. Contudo, as atividades do projeto não formam os professores na língua e acontecem em apenas duas vezes na semana no município de Lábrea, não se estendendo para as aldeias.

3.2. O Sistema de Parentesco Paumari

O sistema de parentesco Paumari indica a existência de um sistema de matrimônio de regra positiva, isso significa que o casamento ocorre com um determinado parente. Segundo Florido (2008), em tais sistemas, o matrimônio acontece entre indivíduos que já possuem uma determinada relação de parentesco e, quando não há esta relação, os futuros cônjuges passam a se comportar como se o vínculo existisse, o que, conforme o autor, aparenta ser um fenômeno muito comum no contexto sul-americano. As famílias dos cônjuges também se ajustam a esta realidade, uma vez que, conforme vimos anteriormente, o casamento envolve não só os cônjuges, como também, suas respectivas famílias.

A prescrição do sistema Paumari consiste em um caso de **regra positiva de casamento** na qual a preferência matrimonial se dá entre **primos cruzados bilaterais**, o que significa que não há regra para a escolha entre linhas matrilineares ou patrilineares. O matrimônio entre primos paralelos, por sua vez, é expressamente proibido, pois tais parentes são considerados consanguíneos, mais precisamente, irmãos; inclusive, os falantes utilizam o termo *oigamina* que em português significa ‘meu irmão’ – ou *hoarihaja oigamina*, ‘meu outro irmão’, em contextos específicos – ao se referirem a esses parentes, entretanto, ao contrário da sociedade Apurinã, este fenômeno não é motivado pela existência de metades.

Os Paumari relatam que, quando as mães ficavam grávidas ao mesmo tempo, ou em períodos próximos, os primos cruzados eram prometidos desde a gravidez. Esta preferência matrimonial ainda existe; no entanto, no contexto atual, também é comum que jovens conheçam seus futuros companheiros em famílias distintas provenientes de outras aldeias. Isso é comum de acontecer em períodos de festa, uma vez que elas motivam a locomoção de famílias de uma comunidade para a outra.

Segundo Bonilla (2011), também era possível que os matrimônios fossem arranjados no final do ritual *amamanjo* que, conforme vimos nas seções anteriores, demarca a puberdade das mulheres; após esse rito de passagem, o jovem casal poderia se estabelecer na casa dos pais de um ou de outro cônjuge. De acordo com a autora, o homem quando se casa presta uma série de serviços ao sogro, em virtude da filha que lhe foi cedida, antes e após o casamento.

Durante as entrevistas, os colaboradores Paumari relataram que os jovens casais são considerados como instáveis logo após o matrimônio, o processo do casamento só termina após o nascimento dos filhos. Isso orienta o estabelecimento da residência dos recém-casados, que passa

por dois estágios: a patrilocalidade ou a matrilocidade e, em seguida, a neolocalidade. Em outras palavras, após o matrimônio, o casal se estabelece na casa dos pais do homem – residência patrilocal – ou na residência dos pais da mulher – matrilocidade. Somente após o nascimento dos filhos, o casal é autorizado a se estabelecer em sua própria moradia (neolocal).

No contexto atual, os Paumari relatam que a preferência entre primos cruzados ainda existe, contudo, também é possível que os indivíduos escolham seus próprios cônjuges, uma vez que estes últimos não sejam primos paralelos. Bonilla (2011) assinala que, após os namoros tornarem-se oficiais, o casal passa a se evitar bruscamente, não se olham, não se falam e, do mesmo modo, evitam ser vistos em público, o que perdura por alguns meses até que o casal vá viver junto.

3.3. Termos de Parentesco em Paumari

As informações disponíveis acerca da família Aruá, de modo geral, indicam a preferência matrimonial entre primos cruzados bilaterais, em outras palavras, os indivíduos costumam se casar com os filhos dos tios de sexo oposto ao dos pais; isso significa que os filhos da tia paterna e do tio materno são primos cruzados, ideais para o matrimônio.

As línguas Aruá apresentam variantes do modelo terminológico Dravidiano, proposto por Dumont (1975). O modelo é caracterizado pelo casamento entre primos cruzados e pela terminologia do tipo fusão bifurcada ($F=FB \neq MB$ e $M=MZ \neq FZ$), ou seja, terminologias nas quais o pai (F) e seus irmãos de mesmo sexo (FB) e a mãe (M) e suas irmãs (MZ) – chamados de tios/tias paralelos – são denominados pelo mesmo termo, enquanto que as irmãs do pai (FZ) e os irmãos da mãe (MB) – chamados de tios/tias cruzados – recebem termos diferentes, geralmente têm a mesma denominação usada para sogro e sogra, sendo que este fenômeno não deriva de estruturas sociais divididas em metades. O modelo é muito comum na paisagem sul americana, segundo Viveiros de Castro (1993), podendo apresentar variações, como é possível observarmos em Paumari, uma vez que esta língua não difere terminologicamente os tios paralelos e cruzados, conforme veremos adiante.

A terminologia de parentesco Paumari foi investigada inicialmente por Odmarck & Rachel (1985), com dados coletados na década de setenta entre os Paumari habitantes da região do lago Marahã. Posteriormente, os estudos desenvolvidos por Odmarck & Rachel foram

revisitados por Florido (2008); porém, ambas as análises não apresentaram, uma descrição linguística sistemática e se voltaram apenas para o comportamento da classificação da terminologia de parentesco dentro do modelo Dravidiano.

Apresentaremos, nos quadros a seguir, os itens lexicais que compõem a terminologia de parentesco na língua Paumari. Os termos foram coletados pela autora deste trabalho, durante pesquisa de campo. Para isto, organizamos as tabelas de acordo com o parâmetro da geração dos parentes e com os termos referenciais e de tratamento (para a linguística, estes termos equivalem aos vocativos). Posteriormente, discutiremos sobre a classificação de tais termos.

Quadro 05: Termos de Parentesco em Paumari – Referenciais

| GERAÇÕES | NOME EM PORTUGUÊS | NOME EM PAUMARI |
|----------|-----------------------------------------------------------|-----------------|
| G+2 | Mãe do pai (ou da mãe) | Arahoni |
| | Pai do pai(ou da mãe) | Arahoda |
| G+1 | Mãe | Mia |
| | Pai | Bi'i |
| | Irmã da mãe | Aaso |
| | Irmão da mãe | Koko |
| | Irmã da pai | Aaso |
| | Irmão do pai | Koko |
| | Mãe da esposa(ou esposo) | Masodini |
| | Pai da esposa (ou do esposo) | Hadi |
| G 0 | Irmão | Igami |
| | Irmã | Igami |
| | Filho do irmão do pai (descendente do tio paterno) | Hoarihaja igami |
| | Filha do irmão do meu pai (descendente do tio paterno) | Hoarihaja igami |
| | Filho da irmã do pai (descendente da tia paterna) | Javi |
| | Filha da irmã do pai (descendente da tia paterna) | Ijimaró |
| | Filho do irmão da mãe (descendente do tio materno) | Javi |
| | Filha do irmão da mãe (descendente do tio materno) | Ijimaró |
| | Filho da irmã da mãe (descendente da tia materna) | Hoarihaja igami |
| | Filha da irmã da mãe (descendente da tia materna) | Hoarihaja igami |
| | Irmão do cônjuge | Vabo |
| | Irmã do cônjuge | Nanini |
| | Marido | Makhira |
| | Esposa | Gamohiki |
| G-1 | Meu filho | Isai |
| | Minha filha | Isai |
| | Filho(a) do meu irmão (ego masculino) | Makhoni |
| | Filho(a) da minha irmã (ego masculino) | Bihadi |
| | Filho(a) da minha irmã (ego feminino) | Makhoni |
| | Filho(a) do meu irmão (ego feminino) | Bihadi |
| | Genro | Aboni |
| | Nora | Aboni |
| G-2 | Meu neto | Hanodi |
| | Minha neta | Hanodi |

A seguir, plotaremos no Quadro a terminologia de parentesco de tratamento, o que, para a linguística, equivale aos vocativos.

Quadro 06: Termos de Parentesco em Paumari - Termos de Tratamento/Vocativos

| NOME EM PORTUGUÊS | NOME EM PAUMARI |
|-------------------------|-----------------|
| Mano (irmão mais velho) | Aajo |
| Mana (irmã mais velha) | Ba'ai |
| Mamãe | Mia |
| Papai | Ba'ai |
| Titio | Koko |

Alguns critérios atuam na distinção dos termos de parentesco. São eles:

- a) consanguinidade e afinidade;
- b) sexo do parente (em alguns casos, conforme falaremos mais adiante);
- c) a geração do parente em relação ao ego.

Entretanto, o critério da distinção de termos pelo sexo não atua do mesmo modo em todas as gerações, conforme veremos a seguir. Na geração de ego (G0), por exemplo, os falantes usam o termo *igami* para denominar irmãos e irmãs; o mesmo termo se estende aos primos e primas paralelos, independente de seus sexos.

Na primeira geração descendente (G-1), o termo *aboni* designa, concomitantemente, genro e nora. O item *isai*, por sua vez, denomina igualmente filhos e filhas. Na segunda geração descendente (G-2), também não há distinção de termos pelo sexo, os netos e netas são referidos por *hanodi*.

Segundo Florido (2008), devido à regra matrimonial de primos cruzados bilaterais, os quais são postos em oposição aos paralelos tanto no sistema de parentesco quanto na terminologia, podemos afirmar que o caso Paumari se encaixa no modelo de parentesco Dravidiano, conforme vimos no início da seção. Porém, a terminologia não se encaixa perfeitamente na grade Dravidiana, pois, na primeira geração ascendente (G+1), ou seja, na geração dos pais, tios e sogros de ego, e na primeira geração descendente (G-1), isto é, a geração dos filhos, sobrinhos, genros e noras de ego, existe a diferença entre parentes lineares e colaterais.

3.3.1. Aspectos Morfológicos dos Termos de Parentesco em Paumari

Os termos de parentesco nesta língua são, aparentemente, compostos por um morfema indicando o possuidor e uma raiz (ou seja, são obrigatoriamente possuídos), exceto nos vocativos; ainda não pudemos precisar se a posse faz parte da entrada lexical destes termos, uma vez que, para chegarmos a tal conclusão, precisaríamos realizar uma quantidade significativa de testes. Não identificamos morfema de gênero neste grupo semântico. Segundo Salzer e Chapman (1991), os nomes não carregam marcas de gênero nesta língua. De acordo com as autoras, quase todos os objetos inanimados e as partes do corpo são do gênero feminino; enquanto corpos celestiais e a maior parte dos peixes são masculinos (lexicalmente determinado), portanto o gênero em Paumari é lexicalmente determinado. Nos exemplos a seguir, veremos tais características morfológicas nos termos de parentesco.

Termos Referenciais

(a) kodia-mia

1SG-MÃE

“minha mãe”

(b) kodi-isai

1SG-FILHO

“meu filho”

(c) kada-ananini

2SG-CUNHADA

“minha cunhada”

Vocativos

(a) aajo

“mano/irmão mais velho”

(b) mia

“minha mãe”

De acordo com Salzer e Chapman (1991), há duas formas de marcar a posse nos nomes em Paumari. As autoras postulam que existe uma série de pronomes possessivos que ocorrem somente com nomes inalienáveis e outra que ocorre apenas com nomes alienáveis, os quais veremos nas figuras 14 e 15.

Figura 14: Afixos pronominais que ocorrem com nomes inalienáveis

| | | |
|-----------------------|-------|----------|
| <i>1sg</i> | 'o- | -na/# |
| <i>2sg</i> | 'i- | -ni |
| <i>3sg.f</i> | # | -ni |
| <i>3sg.m</i> | # | -na/# |
| <i>1pl</i> | 'a- | -na/# |
| <i>2pl</i> | 'ava- | -ni |
| <i>3pl</i> | va- | -na/# |
| <i>não-específico</i> | ba-/# | -na/#/-i |

Fonte: Salzer & Chapman (1991, p.25)

Os morfemas pronominais que acompanham nomes inalienáveis, segundo Salzer & Chapman (1991), são marcados como circunfixos quando na segunda pessoa do singular e do plural; já na primeira pessoa do singular e do plural e na terceira pessoa do plural, são marcados por circunfixos apenas quando estes termos estão em fronteira de morfema. A terceira pessoa do plural feminino e masculino, por sua vez, é marcada unicamente por sufixação. De acordo com Salzer e Chapman (1991), todas as partes do corpo com poucas exceções como *joho* "seio" e as palavras *gora* "casa" e *jorai* "esteira para dormir" mostram posse com os afixos inalienáveis e todos os outros substantivos são marcados pelos pronomes que ocorrem com nomes alienáveis. As autoras não mencionam nada a respeito dos termos de parentesco.

Figura 15: Afixos pronominais que ocorrem com nomes alienáveis

| | | |
|------------|------------------|-------------|
| <i>1sg</i> | kodi- | meu/minha |
| <i>2sg</i> | kada- | seu/sua |
| <i>3sg</i> | kidi-/ka- | dele/dela |
| <i>1pl</i> | 'akadi- | nosso/nossa |
| <i>2pl</i> | 'avakadi- | de vocês |
| <i>3pl</i> | vakadi- | deles/delas |

Fonte: Salzer & Champan (1991, p.26)

Ao observarmos os dados, constatamos que os termos de parentesco ocorrem com a série de pronomes que, segundo Salzer & Chapman (1991), acompanham nomes alienáveis e apenas o termo *oigamina* “meu irmão” é marcado por um circunfixo (o-...-na) que se relaciona com nomes inalienáveis. No entanto, não adotamos tal análise, uma vez que, para entendermos o que é (in)alienabilidade em Paumari, necessitaríamos de uma investigação mais aprofundada, envolvendo instrumentos teórico-metodológicos que estão além dos utilizados nesta pesquisa.

Até o presente momento, afirmamos apenas que os termos de parentesco são acompanhados pela mesma marca pronominal de posse que marca alguns objetos, assim como *kodi jorai* “minha esteira” e *kidi maravi* “teu abano”, com exceção de *o-igami-na* “meu irmão” que é acompanhado pela mesma marca pronominal que acompanha algumas partes do corpo, tais como *o-ka'da'di* (o-:1SG) “minha cabeça” e *o-sa'a* “minha mão”. A primeira pessoa do singular dessa série de pronomes que, conforme as autoras, acontecem com nomes inalienáveis, é marcada pelo circunfixo *o-...-na#* quando em fronteira de morfema, porém, ainda que o item *oigamina* não esteja inserido nesse contexto, ele ocorre com tal circunfixo, portanto, parece ser uma forma já lexicalizada.

Vimos, nesta subseção, considerações relacionadas às características morfológicas da terminologia de parentesco da língua Paumari. No Capítulo seguinte, veremos se a influência de contato entre Paumari e Apruinã tem reflexo no sistema e na terminologia de parentesco. Para isso, realizaremos uma análise comparativa entre as terminologias, quanto aos modelos de

terminologia de parentesco e aos aspectos morfológicos, e entre a organização dos sistemas de parentesco.

CAPÍTULO IV: SISTEMA E TERMOS DE PARENTESCO EM PAUMARI E EM APURINÃ: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

No presente capítulo, faremos uma análise comparativa do sistema e da terminologia de parentesco das línguas Paumari e Apurinã, com o objetivo de verificarmos similaridades e diferenças entre eles.

4.1. Os Sistemas de Parentesco Apurinã X Paumari

Conforme vimos no capítulo II deste trabalho, a sociedade Apurinã é dividida em um sistema de metades, *Xiwapuryry* e *Měetymanety*, que estabelece regras matrimoniais e tabus relacionados aos hábitos alimentares. O casamento correto acontece fora da metade a qual pertence o indivíduo, já o casamento entre pessoas de uma mesma metade é considerado incesto. Esse aspecto do parentesco Apurinã pressupõe a existência de estruturas sociocêntricas na organização social deste povo, principalmente no que tange ao matrimônio. Este traço também é compartilhado por outros povos Aruák. Segundo Florido (2008), os Mehináku – cuja língua é muito próxima geneticamente do Apurinã -, por exemplo, são divididos também em metades exogâmicas; já os Terena apresentam metades endogâmicas; os Baniwa, por sua vez, são organizados em fatrias exogâmicas; e os Paresi, por outro lado, possuem subgrupos endogâmicos.

No que concerne à organização social Paumari, em contrapartida, nota-se a ausência de subgrupos. Tal característica difere tanto da organização Apurinã, quanto da organização dos demais povos Aruá, pois, de acordo com Bonilla (2005), os Aruá são divididos em grupos endógamos, associados a um nome de animal ou vegetal. O povo Zuruahá, por exemplo, é composto de sete subgrupos, são eles: *Jokihidawa*; *Masaindawa*; *Kuribidawa*; *Adamidawa*; *Sarahkwadandawa*; *Tabisrudawa* e *Nakaindawa*. O mesmo fenômeno atestamos no sistema Jarawara, no qual o indivíduo separa o grupo da mãe do grupo do pai, sendo que os indivíduos pertencem ao último grupo e o casamento ideal acontece com pessoas do grupo da mãe; casar-se dentro de seu grupo é proibido.

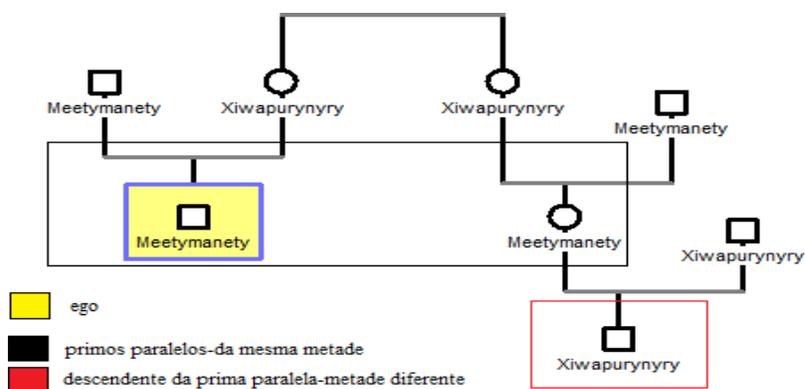
Segundo Bonilla (2005), dois autores apontaram, no entanto, a existência de cinco ou seis na organização Paumari. Joseph Steere atestou a existência de cinco Paumari: *Sabou ka Paumari* – O outro povo; *Kasii ka Paumari* – Povo do jacaré; *Majuri ka Paumari* – Povo do urubu; *Hirari ka Paumari* – Povo do queixada. Rivet e Tastevin (1938) acrescentaram ainda um sexto clã,

Basori ka Paumari, o Povo do Boto. Estes registros apontam que, possivelmente, no passado, havia a existência de subgrupos, na sociedade Paumari, contudo, no contexto atual, os indivíduos não reconhecem tais grupos.

Apesar desta diferença entre os sistemas Paumari e Apurinã, eles se assemelham na distinção entre primos paralelos e cruzados. Em ambas as sociedades, identificamos que o casamento ideal é entre os primos cruzados – em Apurinã também ocorre entre tio e sobrinha cruzada, já em Paumari, não identificamos este traço -, enquanto os primos paralelos são proibidos para o matrimônio, uma vez que são considerados irmãos, e inclusive são chamados em Apurinã de *nhithary*, que quer dizer ‘meu irmão’, e de *hoarihaja oigamina* em algumas comunidades Paumari, que significa ‘meu outro irmão’.

Outro ponto a ser destacado nas similaridades entre os sistemas Apurinã e Paumari é o grau de afastamento de parentes, o que influencia nas escolhas matrimoniais. Os primos paralelos, por exemplo, são parentes com os quais o casamento é repudiado por tais sociedades, no entanto, os descendentes de tais parentes, por serem parentes distantes, isto é, genealogicamente afastados, podem ser permitidos para o casamento. Contudo, em Apurinã, este fenômeno parece ser influenciado pela distribuição das metades nas famílias, conforme veremos na árvore genealógica da figura abaixo, os descendentes das primas paralelas – com quem o matrimônio não é permitido – são parentes em potencial para o casamento, uma vez que esses pertencerão à metade de seus pais, fazendo com que esses parentes sejam cônjuges em potencial.

Figura 16: Descendentes da Prima Paralela



O matrimônio também se dá entre indivíduos de comunidades diferentes nos dois sistemas.

De acordo com as informações do capítulo II, as festas culturais *amamanjo*, *ihinika*, festa do boto, entre outras, motivavam o deslocamento de famílias inteiras para uma determinada aldeia; os Paumari relatam que os jovens tinham a oportunidade de conhecer seus futuros cônjuges durante esses festejos, ainda que tais indivíduos não fossem primos paralelos; atualmente isso ainda acontece.

Nas aldeias Apurinã, a festa do *kyynyry* (xingané) também promove a união de jovens casais; contudo, em grande parte dos casos, o futuro marido ou esposa do indivíduo seria um parente distante. Durante nossa viagem de campo à aldeia do Acimã, no mês de agosto de 2019, percebemos esse traço de maneira mais latente, principalmente entre os mais velhos, os membros dessa comunidade parecem casar-se quase sistematicamente com membros da comunidade do Tumiã, com a qual possuem uma estreita relação de parentesco.

4.1. Os Termos de Parentesco

Em termos de sua estrutura morfológica, a terminologia de parentesco nas línguas Apurinã e Paumari muito diferem uma da outra, fato este não surpreendente, considerando que as línguas são de famílias linguísticas distintas.

Em Apurinã, notamos uma estrutura morfológica de termos referenciais mais complexa do que na terminologia de parentesco da língua Paumari. Naquela, os termos de parentesco sempre ocorrem com a expressão de um possuidor, uma raíz, uma marca de gênero, sendo *-ry* para a forma masculina e *-ru* para a feminina, e, também, recebe marca de plural, *-wakury*, quando necessário, conforme mostram os exemplos a seguir.

(a) n-atuky-ry

1SG-AVÔ-M

‘meu avô’

(b) nu-mekany-ru

1SG-NETO-F

‘minha neta’

(c) nh-itha-ry-waku-ry

1SG-IRMÃO-M-PLURAL-M

“meus irmãos”

Os termos de parentesco em Paumari, por outro lado, apresentam uma configuração morfológica menos complexa. Os itens lexicais, aparentemente, ocorrem com um morfema prefixal de possuidor e uma raiz, contudo, ainda não podemos afirmar categoricamente. De acordo com as informações detalhadas no capítulo III, diferentemente da língua Apurinã, Paumari não possui morfemas marcadores de gênero em nenhum tipo de substantivo (o gênero é lexicalmente determinado), quase todos os objetos inanimados e as partes do corpo são do gênero feminino; e na esfera celeste e boa parte dos peixes são do gênero masculino, assim, o gênero dos nomes em Paumari faz parte da entrada lexical de cada nome na língua. A seguir, veremos alguns exemplos dessa estrutura morfológica.

(d) kidi-masodini

1SG-SOGR

“minha sogra”

(e) kidi-hadi

1SG-SOGRO

“meu sogro”

Considerando os exemplos de acima, depreendemos que nas duas terminologias, possivelmente, há uma expressão de possuidor afixada à raiz. Quanto à (in)alienabilidade de tais nomes, em Apurinã, segundo Freitas (2017), os termos de parentesco referenciais são inseridos na categoria de nomes inalienáveis, enquanto em Paumari, tais nomes quase sempre são acompanhados de afixos possessivos que ocorrem com objetos, por exemplo, ainda não foi possível precisar o que é alienabilidade ou inalienabilidade na língua.

Apenas os termos de tratamento, chamados de “vocativo” pela linguística, ocorrem sem a presença de uma marca de possuidor, em ambas as línguas. Em Paumari, os vocativos são formados por apenas uma raiz simples, como em *aajo* ‘mano/irmão mais velho’, em *ba'ai* ‘mana/irmã mais velha’, e em *koko* “tio mais velho”. E na língua Apurinã, os vocativos possuem uma raiz simples e uma marca de gênero, exceto pelo termo *kūku* ‘sogro ou titio’, conforme podemos observar nos exemplos da língua Apurinã a seguir.

(f) nan-u

MAMÃE-F

‘mamãe’

(g) kũku

titio (materno) ou sogro

O termo *koko* ou *kũku*, conforme constatamos, são compartilhados entre as duas terminologias, configurando-se, portanto, como o único empréstimo existente, neste campo semântico, entre as duas línguas, apesar do intenso contato entre os dois povos. A fim de verificarmos o direcionamento deste empréstimo, buscamos o mesmo termo na língua Paresi da família linguística Aruák. No quadro abaixo, listamos alguns termos de parentesco em Apurinã, em comparação com parte dos termos de parentesco em Paresi, ambos pertencentes a primeira geração ascendente. Os dados da língua Paresi foram extraídos do trabalho de Florido (2008) e coletados por Costa (1985).

Quadro 07: Alguns Termos de Parentesco nas línguas Apurinã e Paresi

| TERMO EM PORTUGUÊS | BASE NOMINAL EM APURINÃ | BASE NOMINAL EM PARESI |
|--------------------|---------------------------------------------|------------------------|
| Mãe | Ynyru | Amá |
| Pai | Yry | Abá |
| Irmã da mãe | Ynyru | Amá |
| Irmã do pai | Ynyru | Naké |
| Irmão da mãe | Nykũkyry/imatykyry Vocativo: kũku | Kokõ |
| Irmão do Pai | Yry | Abá |

O termo, entretanto, não ocorre somente em Paresi e em Apurinã, este item também pode ser encontrado em outras línguas da família linguística Aruák como: em Mehináku, *kuku* serve para

designar o tio materno e o sogro, tanto na forma referencial quanto na vocativa, quando o ego é masculino; em Palikur, nomeia o tio materno e o sogro apenas na forma vocativa, independente do sexo do ego, assim como em Apurinã; em Piro, a forma *koko* é usada como vocativo para o tio materno. Na família Aruá, também atestamos o termo *kuku* na língua Deni, para denominar o tio materno e o sogro na forma vocativa; em Kulina, como nome referencial para o tio materno; e em Jarawara como forma vocativa e referencial para nomear o tio materno, assim como em Paumari. Segundo Florido (2008), a língua Suruí da família Tupi também conta com uma forma parecida, *kokó*, sendo assim, depreendemos que tal forma possui uma larga distribuição, não só na região do rio Purus, como na paisagem sul-americana em geral. Porém, como o termo é compartilhado por outras línguas Aruák faladas em distintas regiões, provavelmente se trata de um empréstimo de Apurinã para Paumari.

Conforme observamos ao longo da presente seção, há apenas um empréstimo de Apurinã para Paumari, com isso, depreendemos que não há uma influência significativa de uma terminologia em outra, toda a terminologia de parentesco é diferente com exceção do termo *kūku* (Apuriinã)/*koko* (Paumari). Isso sugere que os termos de parentesco em tais línguas são mais resistentes a empréstimos de outras línguas, ainda que ambas as línguas estejam em um contexto de frequente e intenso contato talvez isso se dê porque os termos de parentesco são nomes mais inerentes possíveis aos falantes e representarem relações sociais muito estreitas e afetivas.

Nesta seção, fizemos uma análise comparativa entre as terminologias e sistemas de parentesco em Apurinã e Paumari, buscando verificar possíveis similaridades e diferenças entre tais fenômenos linguísticos e culturais desses povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a terminologia e o sistema de parentesco Apurinã e Paumari. No intuito de verificarmos o que tais fenômenos relevam acerca de contato linguístico na região do município de Lábrea.

Os itens que compõem a terminologia de parentesco Apurinã foram coletados pela autora durante viagem de campo a Lábrea, em dezembro de 2016 e janeiro de 2019, onde foram coletados os dados referentes à língua Apurinã, com falantes das comunidades São José (TI Caititu), Seruini, Curriã, Tumiã, Acimã e Boca do Acre; e, do mesmo modo, coletamos os termos de parentesco na Língua Paumari com falantes provenientes de comunidades situadas no Lago Marahã e do Septini que atualmente residem em Lábrea.

Vimos que a organização social dos Apurinã obedece a um sistema de metades, no qual há uma divisão entre duas metades, *měetymanety* e *xiwapurunyry*, o que determina as regras de casamento e as restrições alimentares. Explicitamos como são formadas as comunidades Apurinã e como se dá a organização social dentro delas. Mostramos os itens lexicais que compõem a terminologia de parentesco e classificamos esta terminologia como do tipo Iroquês, uma vez que ela obedece a um cruzamento chamado “fusão bifurcada”.

Traçamos, também, a relação dos termos de parentesco com a organização social e identificamos que em algumas comunidades os termos de parentesco obedecem mais à divisão de metades, embora esta tradição esteja desaparecendo em algumas das comunidades. Do mesmo modo, mostramos que hoje, as preferências matrimoniais variam de acordo com as comunidades; em algumas, a preferência é pelo casamento entre primos cruzados ou entre duas famílias. Quanto a essas mudanças, é fundamental entender que toda sociedade apresenta certas mobilidades sociais; as adaptações das relações dão dinamismo ao sistema e contribuem de forma significativa para que ele continue a se perpetuar.

Quanto a sua morfologia, a terminologia de parentesco Apurinã está inserida na categoria dos nomes inalienavelmente possuídos, exceto os vocativos. Os termos de parentesco, em sua morfologia, apresentam os seguintes morfemas: raiz simples ou composta, marca de gênero, morfema marcando o possuidor e marca de plural. Contudo, alguns nomes fogem a este padrão. Alguns deles apresentam marca de posse alienavelmente possuída, como é o caso do vocábulo

namaryte “meu filho”; outros apresentam partículas relativizadoras, por exemplo *namaryte enekary*, que recebe o morfema relativizador *-kary*; podem receber também uma partícula atributiva ou nomes classificatórios (nos casos que apresentamos neste trabalho, os nomes classificatórios encontram-se lexicalizados).

O sistema de parentesco Paumari, por sua vez, também está embasado em uma regra matrimonial que prescreve o casamento entre primos cruzados bilaterais, sendo os primos paralelos considerados irmãos, e, portanto, o casamento com tais parentes é proibido. Quanto à terminologia de parentesco na língua Paumari, esta sugere tratar-se de uma variante do sistema Dravidiano, assim como as demais línguas da família Aruá. Entretanto, sistema apresenta a distinção de parentes colaterais e lineares nas gerações G+1 e G-1 o que difere da grade comum Dravidiana.

Em termos de sua estrutura morfológica, observamos que os termos de parentes apresentam as seguintes características: a presença de um afixo pronominal indicando o possuidor e raiz simples. Notamos ainda que esses nomes são acompanhados por marcas pronominais que ocorrem com objetos com exceção do termo *o-igami-na* “meu irmão”, o qual é marcado por um circunfixo que ocorre com partes do corpo.

Constatamos ainda que o termo *kũku/koko* é o único item presente nas terminologias de parentesco Apurinã e Paumari, que, provavelmente, foi um empréstimo de Apurinã para Paumari, uma vez que ele consta em outras línguas Aruák de outras regiões. O termo também é compartilhado pelas línguas Jarawara, Deni e Kulina e até mesmo na família Tupi, na língua Suruí.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AIKHENVALD, Alexandra Y. The Arawak language family. In: DIXON and AIKHENVALD (eds.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 65-106.

BACHOFEN, Johann Jakob. **Du Régne de la Mère au Patriarcat**. Paris, 1861.

BATALHA, Luís. Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social. **Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 1995.**

CAMPBELL, Lyle. **Historical linguistics: an introduction**. Cambridge: The MIT Press, 1999.

COSTA, R. M. R. **Cultura e Contato: Um Estudo da Sociedade Paresi no Contexto das Relações Interétnicas**. 1985. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CROCKER, Jon Christopher. **The social organization of the eastern Bororo**. PhD Dissertation – Cambridge: Univ. of Havard, 1969.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic Anthopology**. New York: Cambridge University Press, 1997.

DUMONT, L. **Dravidien et Krariera: l’alliance de mariage dans l’Inde su Sud et en Australie**. Paris: Mouton, 1975.

DURKHEIM, E. **Leçons de Sociologie**. Paris: PUF, 1997.

FACUNDES, Sidi. **The language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak)**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Linguística)–The State University of New York, Buffalo, 2000.

_____; Brandao, Ana Paula Barros. 2011. Comparative Arawak Linguistics: Notes on Reconstruction, Diffusion and Amazonian Prehistory. In: **Hornborg A. & Hill J. D. (Eds.), Ethnicity in Ancient Amazonia: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistics, and Ethnohistory**. University Press of Colorado in Boulder.

- FLORIDO, Marcelo Pedro. **AS PARENTOLÓGICAS ARUÁ E ARUÁK: um estudo sobre parentesco e aliança**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- FOLEY, William A. **Anthropological linguistics**. Blackwell Publishing Ltd, 1997.
- FREITAS, Marília Fernanda. **A POSSE EM APURINÃ: descrição de construções atributivas e predicativas em comparação com outras línguas Aruák**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Belém.
- GHASARIAN, Christian. **Introdução ao estudo do parentesco**. 1999.
- HÉRITIER, F. **L'exercice de la parenté**, Paris. Gallimard, 1981.
- HENLEY, P. South Indian Models in the Amazonian Lowlands. Manchester. **Papers in Social Anthropology n° 1**. University of Manchester, 1996.
- LARAIA, R. de B.; DA MATTA, R. A. **Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- LÉVI-STRAUSS. **Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis. Vozes, 1982
- _____. A análise estrutural em Linguística e em Antropologia. [1949] In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1949.
- LOPES, Tereza Tayná. **Aspectos Morfológicos de Termos de Parentesco em Parkatejê**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém.
- LOWIE, R. A Note on Relationship Terminologies. **American Anthropologist**.?. 1928.
- MAINE, Henri James Summer. **Ancient Law**. Oxford: Oxford University Press, 1861.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **La Vie Sexuelle des Sauvages du Nord-Ouest de la Mélanésie**. Paris: Payot, 1927.

MCLENNAN, John F. **Primitive Marriage. An Inquiry into the Origin of the Form of Capture in Marriage Cerimonies.** Edimburgo: A. & C. Black, 1865.

MELATTI, Júlio César. O Sistema de Parentesco dos Índios Krahó. Série Antropologia 3. Brasília: UnB, 1973. MORGAN, Lewis Henry. **Ancient Society.** Nova York: Holt & Co, 1871.

MELATTI, Júlio César. **Índios no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2014

MURDOCK. George Peter. **Social Structure.** Nova York: Macmillan, 1949.

ODMARCK, M.A; RACHEL, M.L. On Paumari Social Organization. In: **Merrifield, W.R.** (ed), South American Kinship: Eight Kinship Systems from Brazil and Colombia. Dallas: International Museum of Cultures, 1985.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Patrilineal and matrilineal succession.** 1952.

RAMIREZ, Henri. **Línguas Arawak da Amazônia Setentrional.** Manaus: Universidade do Amazonas, 2001.

RIVERS, Williams Halse R. **Kinship and Social Organization.** Londres: London School of Economics, 1914.

RIVET, Paul; TASTEVIN, Constantin. **Les Langues Arawák du Purús et Juruá (groupe arauá).** Journal de la Societé des Americanistes. Paris, v30, n. 2, p. 235-288, 1938.

SCHIEL, Juliana. **Tronco velho: histórias Apurinã.** 2004. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SCHUSKY, Ernest Lester; SCHUSKY, Ernest Lester. **Manual for kinship analysis.** 1965. Winston.

TRAUTMANN, Thomas R. **Lewis Henry Morgan and the Invention of Kinship.** Berkeley: University of California Press, 1987.

TAYLOR, A.C. Jivaro kinship: “simple” and “complex” formula: a Dravidian transformation group. In: GODELIER, M.; TRAUTMANN, T.; TJON SIE FAT, F. (Orgs.). **Transformations of kinship**. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1989. p. 187-213.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Ambos os três: sobre algumas distinções tipológicas e seu significado estrutural na teoria do parentesco. **Anuário Antropológico 95**. Rio de Janeiro, 1996.

ANEXO A – Questionário para a língua Apurinã

Questionário – Termos de Parentesco

NOME: _____ **COMUNIDADE:** _____

*Você já morou em outra(s) comunidade(s)? Qual(is)? Quanto tempo passou em cada lugar onde morou?

1. Antigamente, quando os Apurinã se casavam, eles iam logo morar na casa deles mesmo, ou eles primeiro moravam um tempo na casa de algum parente? Se moravam antes com algum parente, qual era esse parente?

2. Antigamente existia algum parente que você não podia chamar pelo nome mesmo? Quero dizer, tinha gente com o nome que vocês não podiam chamar?

3.

| | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-----|--------------|
| | Hoje em dia, existe mēetymanety que casa com mēetymanety? Se há, o | | |
| que os Apurinã acham disso? E como era antigamente? E como é com os xiwapuryryrv | | | |
| hoje? | Como | era | antigamente? |

4. Existem nomes em Apurinã para chamar “a mulher do meu pai” (que não é a sua mãe), e o “esposo da minha mãe” (que não é o seu pai)?

5. Existem nomes para designar o “filho ou a filha da minha mulher ou esposo” (que não são seus filhos)?

6. Existem nomes em Apurinã para designar o “meu irmão/minha irmã (que é apenas filho da minha mãe ou é apenas filho do meu pai)” ?

7. Como se diz em Apurinã? _____

1) Meu irmão mais velho _____

2) Meu irmão do meio _____

3) Meu irmão mais novo _____

4) Minha irmã mais velha _____

- 5) Minha irmã do meio _____
- 6) Minha irmã mais nova _____
- 7) Filho do irmão do meu pai _____
- 8) Filho da irmã do meu pai _____
- 9) Filha do irmão do meu pai _____
- 10) Filha da irmã do meu pai _____
- 11) Filho da irmã da minha mãe _____
- 12) Filha da irmã da minha mãe _____
- 13) Filha do irmão da minha mãe _____
- 14) Filha do irmão da minha mãe _____
- 15) Meu pai _____
- 16) Irmão do meu pai _____
- 17) Irmã do meu pai _____
- 18) Minha mãe _____
- 19) Irmã da minha mãe _____
- 20) Irmão da minha mãe _____
- 21) Minha avó _____
- 22) Meu avô _____
- 23) Pai do meu avô _____
- 24) Mãe do meu avô _____
- 25) Pai da minha avó _____
- 26) Mãe da minha avó _____
- 27) Meu filho _____
- 28) Meu filho (quando ele é bebê) _____
- 29) Meu filho (quando ele é criança) _____
- 30) Meu filho (quando ele é adolescente) _____
- 31) Meu filho (quando ele é adulto) _____

- 32) Minha filha _____
- 33) Filho do meu irmão _____
- 34) Filha do meu irmão _____
- 35) Filho da minha irmã _____
- 36) Filha da minha irmã _____
- 37) Filho do meu filho _____
- 38) Filha do meu filho _____
- 39) Filha da minha filha _____
- 40) Filho da minha filha _____
- 41) Minha esposa _____

- 42) Meu marido _____
- 43) Irmã da minha esposa _____
- 44) Irmão da minha esposa _____
- 45) Irmã do meu marido _____
- 46) Irmão do meu marido _____
- 47) Esposa do meu irmão _____
- 48) Marido da minha irmã _____
- 49) Pai da minha esposa _____
- 50) Mãe da minha esposa _____
- 51) Mãe do meu marido _____
- 52) Esposa do meu filho _____
- 53) Marido da minha filha _____

ANEXO B – Questionário para a língua Paumari

Questionário – Termos de Parentesco

NOME: _____ **COMUNIDADE:** _____

*Você já morou em outra(s) comunidade(s)? Qual(is)? Quanto tempo passou em cada lugar onde morou?

*Idade:

*Sexo:

1) Antigamente, quando os Paumari se casavam, eles iam logo morar na casa deles mesmo, ou eles primeiro moravam um tempo na casa de algum parente? Se moravam antes com algum parente, qual era esse parente?

2) Antigamente existia algum parente que você não podia chamar pelo nome mesmo? Quero dizer, tinha gente com o nome que vocês não podiam chamar?

3) Na sua comunidade, você mora com outros parentes? Quais? E na sua casa?

4) Em algumas culturas os pais preferem que seus filhos casem com indivíduos de fora de suas famílias, em outras, a preferência é por primos que sejam filhos da tia (irmã do pai) ou filhos do tio (irmão da mãe). Existem preferências de casamento entre os Paumari? Quais?

5) Você percebe diferenças entre o casamento de antigamente e os atuais? Quais?

- 6) Existem nomes em Paumari para chamar “a mulher do meu pai” (que não é a sua mãe), e o “esposo da minha mãe” (que não é o seu pai)?

- 7) Existem nomes para designar o “filho ou a filha da minha mulher ou esposo” (que não são seus filhos)?

- 8) Existem nomes em Paumari para designar o “meu irmão/minha irmã (que é apenas filho da minha mãe ou é apenas filho do meu pai)” ?

- 9) Como se diz em Paumari?

10) Meu irmão mais velho _____

11) Meu irmão do meio _____

12) Meu irmão mais novo _____

13) Minha irmã mais velha _____

14) Minha irmã do meio _____

15) Minha irmã mais nova _____

16) Filho do irmão do meu pai _____

17) Filho da irmã do meu pai _____

18) Filha do irmão do meu pai _____

19) Filha da irmã do meu pai _____

20) Filho da irmã da minha mãe _____

21) Filha da irmã da minha mãe _____

- 22) Filha do irmão da minha mãe _____
- 23) Filha do irmão da minha mãe _____
- 24) Meu pai _____
- 25) Irmão do meu pai _____
- 26) Irmã do meu pai _____
- 27) Minha mãe _____
- 28) Irmã da minha mãe _____
- 29) Irmão da minha mãe _____
- 30) Minha avó _____
- 31) Meu avô _____
- 32) Pai do meu avô _____
- 33) Mãe do meu avô _____
- 34) Pai da minha avó _____
- 35) Mãe da minha avó _____
- 36) Meu filho _____
- 37) Meu filho (quando ele é bebê) _____
- 38) Meu filho (quando ele é criança) _____
- 39) Meu filho (quando ele é adolescente) _____
- 40) Meu filho (quando ele é adulto) _____
- 41) Minha filha _____
- 42) Filho do meu irmão _____

- 43) Filha do meu irmão _____
- 44) Filho da minha irmã _____
- 45) Filha da minha irmã _____
- 46) Filho do meu filho _____
- 47) Filha do meu filho _____
- 48) Filha da minha filha _____
- 49) Filho da minha filha _____
- 41) Minha esposa _____
- 50) Meu marido _____
- 51) Irmã da minha esposa _____
- 52) Irmão da minha esposa _____
- 53) Irmã do meu marido _____
- 54) Irmão do meu marido _____
- 55) Esposa do meu irmão _____
- 56) Marido da minha irmã _____
- 57) Pai da minha esposa _____
- 58) Mãe da minha esposa _____
- 59) Mãe do meu marido _____
- 60) Esposa do meu filho _____
- 61) Marido da minha filha _____